ESPORO

Revista de informação sobre desenvolvimento agrícola e rural nos países ACP

http://spore.cta.int

NÚMERO ESPECIAL - AGOSTO 2010

População & agricultura

B Morandi / hemis.fr

CTA
partilhando conhecimento em benefício das comunidades rurais

Sumário

pág 3

1 | Demografia

- O JOGO DOS NÚMEROS 3
- Pacífico: um futuro na agricultura 4
- Entrevista: "Um dividendo para África" por David Bloom 6
- A transição demográfica 6

pág 7

2 | Os desafios das zonas rurais

- 2010-2050: OS MESMOS COMBATES 7
- Benim: formados em técnicas de venda 8
- Reportagem do Ruanda: trabalhar na cidade para investir na aldeia 9
- Entrevista: "Passar o testemunho aos mais jovens nas Caraíbas" por Jethro Greene 10
- Cabo Verde: rumo à água 10
- Reportagem dos Camarões: para os jovens dos 20 aos 50 anos 11
- Entrevista: "Produzir mais sem poluir" por Vincent Ribier 12
- Os cenários Agrimonde 12
- RuralStruc: a equação maliana 12

pág 13

3 | Agir sobre a força de trabalho

- SAÚDE ET PRODUTIVIDADE 13
- Bons sonhos nas ilhas Salomão 13
- Reportagem do Niger: com a ajuda dos *marabouts* 14
- Reportagem do Malawi: mais educação, maiores rendimentos 15
- Entrevista: "Famílias mais pequenas" por Rev Symon Msowoya 16
- Quénia reduz as taxas de natalidade 16

pág 17

4 | Agir sobre o desenvolvimento rural

- A AGRICULTURA, UM INVESTIMENTO DE FUTURO 17
- África Ocidental: o dinamismo das organizações camponesas 17
- Reportagem na África do Sul: a longa espera por terras 18
- Transacção das terras: prudência 19
- Agricultura de subsistência: fazer subsistir os empregos 20
- Reportagem do Quénia: inverter a tendência 20
- Reportagem na RDC: uma estrada, três vezes mais campos 21
- Fabricar os fertilizantes localmente 21
- Reportagem do Uganda: agricultores on-line 22
- "A Revolução Verde" no Ruanda 23
- Entrevista: "A tecnologia pode ajudar África" por Lindiwe Majele Sibanda 23

População e agricultura: para o melhor e não para pior

Segundo as estimativas, em 2050 a população mundial ultrapassará os 9 mil milhões de pessoas. Seremos capazes de providenciar alimento para este enorme aumento populacional ou iremos sucumbir, tal como foi vaticinado pelos Malthusianos?

A ingenuidade humana superou profecias anteriores respeitantes ao Dia do Juízo Final, segundo as quais o mundo esgotaria a comida, devido a um aumento muito rápido da população. Graças à Revolução Verde, a produção agrícola global duplicou nos últimos cinquenta anos, em grande medida devido ao melhoramento de variedades culturais e a melhores técnicas agrícolas. Mas as exigências a que a agricultura está sujeita são implacáveis. Não só necessitamos de produzir mais comida para satisfazer as necessidades duma população crescente, mas também para ir ao encontro das preferências dietéticas, em mutação, por carne e produtos lácteos, e para satisfazer o acréscimo da procura de fontes bioenergéticas.

Como resultado desta conjuntura, o sistema alimentar mundial está a confrontado com sérios desafios. O ecossistema natural, no qual a agricultura assenta, está mutilado. Por ano perdem-se 27 milhões de toneladas de solo arável. Os aquíferos subterrâneos estão a ficar esgotados e os lençóis freáticos estão a baixar consideravelmente. O uso da terra e a desflorestação contribuem com cerca de um terço das emissões de GEE. Os grandes ranchos de criação animal e plantações em grande escala desencadeiam uma perda da biodiversidade e um uso excessivo de fertilizantes químicos e de pesticidas tem causado uma poluição massiva da água.

Embora os pequenos produtores dos países ACP pouco tenham a ver com a causa destes problemas, eles sofrerão os embates dos impactos negativos - secas e cheias mais frequentes e redução dos recursos em terra e água.

A busca de soluções para a crescente procura da agricultura requer uma abordagem multifacetada. Em primeiro lugar, é preciso aumentar a produtividade sem expandir as terras agrícolas. Práticas agronómicas inovadoras, novas variedades de culturas, agricultura de conservação e o uso de técnicas eficientes da água e outros recursos, tudo isto poderá contribuir. Em segundo lugar, dever-se-á dedicar atenção às intervenções políticas e institucionais que provocarão um aumento da produtividade dos pequenos produtores.

Um tal aumento populacional - especialmente nos países ACP - não é, necessariamente, sinónimo de desastre. Investindo na educação, formação, saúde e criação de empregos, os países ACP podem criar uma base sólida para um desenvolvimento económico. À medida que se geram empregos e se assiste a um aumento dos rendimentos dos agregados familiares, a procura de alimentos e de outros produtos agrícolas injectará crescimento no sector rural.

Michael Hailu
Director do CTA

© Syfia International

1 | Demografia
O jogo dos números

Quando o Homem começou a praticar a agricultura, a população da Terra era de 5 milhões. Hoje, nascem 5 milhões de pessoas em cada 10 dias. Com uma previsão de aumento da população mundial de quase 40% ao longo das próximas 4 décadas, em grande parte no hemisfério Sul, o desafio é agora o de encontrar meios que permitam melhorar a produção alimentar e o acesso a alimentos, e ao mesmo tempo reduzir para metade o número de jovens que se deslocam das zonas rurais para os centros urbanos.

Desde os primórdios da agricultura, decorreram cerca de 10.000 anos até a população mundial atingir o seu primeiro bilião. O segundo bilião, registado em 1927, foi alcançado no espaço de apenas 130 anos. Ao longo do século XX, cada bilião foi totalizado num período de tempo ainda mais curto. A população mundial iniciou o século XX com 1,6 biliões e terminou com 6,1 biliões de habitantes. Actualmente, a população do planeta cresce numa proporção de 2,5 pessoas por segundo. O que representa mais 9000 habitantes por hora e 216.000 por dia. Estima-se que durante as próximas décadas ocorra um crescimento em massa da população mundial, sendo que os números da ONU apontam para um aumento dos actuais 6,8 biliões para 9 biliões em 2050.

O aumento da população, e a forma como e onde esse aumento será mais concentrado, coloca um desafio gigantesco à agricultura. Um maior número de pessoas implicará uma subida acentuada na procura de alimentos, água e energia nos países que menos condições têm para suportar esses encargos, pelo que os Governos serão confrontados com a necessidade de expandir a prestação de serviços sociais, de saúde e de educação. O crescimento da população mundial está, na sua quase totalidade, centrado nos países mais pobres e é de esperar a continuação desta tendência. Pelo contrário, somente 14% da população habitará nas regiões mais desenvolvidas.

Como é que os países em desenvolvimento poderão alimentar estes números massivos perante uma disponibilidade cada vez menor de terra arável, água e outros recursos naturais – sem destruir os já fragilizados ecossistemas? E como é que o Sul conseguirá alcançar esta meta face a um cenário de crescentes ameaças resultantes das alterações climáticas e de uma necessidade energética cada vez maior?

As taxas de fecundidade estão em queda na maior parte dos países ACP, mas não o suficiente para fazer baixar as previsões de aumento da população. O continente africano enfrenta o maior desafio de sempre em termos do número adicional de bocas para alimentar. A sua actual população, que ascende a quase 1 bilião, deverá disparar para mais do dobro até 2050. Subjacente a esta subida massiva dos números, está o impacto trazido pelos avanços na área da saúde e da medicina, que resultam num rápido declínio da mortalidade infanto-juvenil. Mesmo com as elevadas taxas de mortalidade devidas ao VIH/SIDA, a mortalidade desceu o suficiente para provocar um rápido crescimento da população. Simultaneamente, os níveis de fertilidade permaneceram elevados e estão a diminuir a um ritmo lento. Hoje, as mulheres africanas têm em média 5,5 filhos, à excepção da África Austral. Na Nigéria, esse número é superior a 7. Segundo os dados da ONU, 76 países, na sua maioria situados nas regiões mais desenvolvidas, registam níveis de fertilidade abaixo do nível de substituição de 2,1 crianças por cada ▶

Glossário

Baby boom
Aumento rápido e súbito duma taxa de natalidade.

Controlo dos nascimentos
Métodos empregues pelos casais para ter relações sexuais reduzindo a possibilidade de uma gravidez. Utiliza-se muitas vezes este termo como sinónimo de contracepção ou de planeamento familiar. Contudo, o controlo dos nascimentos inclui o aborto, ao contrário dos métodos de planeamento familiar.

Crescimento demográfico
Aumento do efectivo populacional no decorrer dum determinado período.
O crescimento demográfico corresponde à soma da diferença do crescimento natural e da diferença migratória, calculada, geralmente, numa base anual. O efectivo populacional aumenta quando se verifica um excedente dos nascimentos sobre os óbitos (diferença do crescimento natural) e das entradas de migrantes sobre as saídas (diferença ou saldo migratório).

Esperança de vida
Número médio de anos que um grupo de indivíduos tem possibilidade de viver.

Fecundidade
Emprega-se o termo fecundidade, em vez de natalidade, quando se faz a correlação entre os nascimentos e o efectivo de mulheres em idade fecunda.

Projecção da população
Cálculo dos efectivos populacionais futuros em função de hipóteses que dizem respeito às tendências futuras da fecundidade, da mortalidade e das migrações.

Taxa de mortalidade infantil
Número de óbitos de crianças com idade inferior a um ano em relação ao número de nados-vivos. Os cálculos são feitos, normalmente, para um determinado ano e expressos por cada novos 1000 nados-vivos.

Taxa de natalidade
Número de nados-vivos de um determinado ano em relação à média da população desse ano. É normalmente expresso por mil habitantes.

Transição demográfica
A transição demográfica designa a passagem dum regime tradicional onde a fecundidade e a mortalidade são elevadas, havendo um equilíbrio, para um regime onde a natalidade e a mortalidade são fracas, restabelecendo-se o equilíbrio.

Fonte: INED

PACÍFICO

Um futuro na agricultura

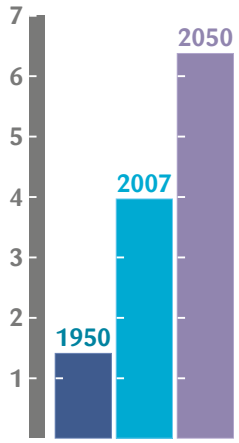
Os jovens no Pacífico necessitam de um maior apoio das famílias e da comunidade para construírem um futuro na agricultura. Eis uma das principais conclusões de um estudo sobre os jovens, realizado em Fiji, Kiribati e Tonga, pela Rede de Políticas Agrícolas e Florestais do Pacífico (PAFPNet). Num contexto de crescente migração de jovens do meio rural para o meio urbano, este estudo é parte integrante de uma estratégia lançada pelo Secretariado da Comunidade do Pacífico (SPC) a fim de promover a agricultura como uma carreira para os jovens.

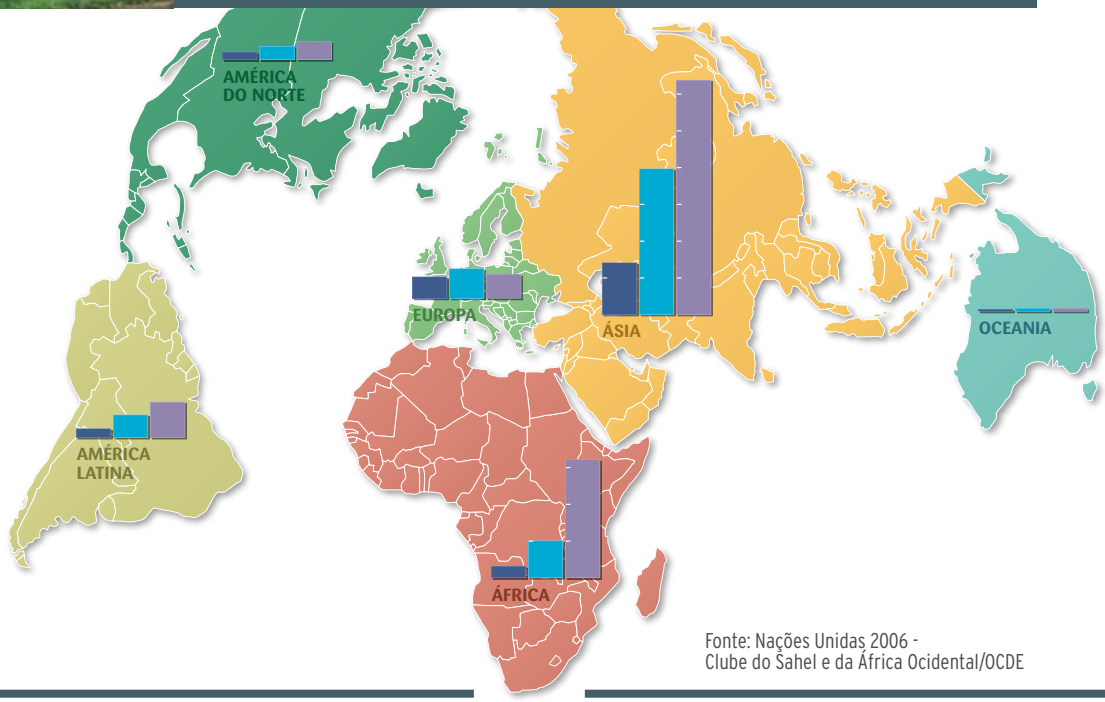
O inquérito concluiu que os jovens são uma parte importante da mão-de-obra informal envolvida em actividades agrícolas, que contribui para gerar rendimentos e para a segurança alimentar no âmbito doméstico. Os jovens são geralmente responsáveis pela plantação e manutenção das hortas, embora um pequeno número de entre eles se dedique à gestão das suas próprias plantações semicomerciais. Ainda assim, não obstante esta participação activa, muitos dos jovens inquiridos manifestaram o seu descontentamento pela falta de reconhecimento do seu trabalho. Os jovens desejam também que os seus pais e os mais velhos da comunidade apoiem as suas iniciativas, permitindo-lhes colher os frutos dos seus esforços e, mais importante ainda, reservando terras que eles possam utilizar para as suas próprias actividades empresariais.

T Cockrem © Alamy/hemis.fr

Repartição e evolução da população mundial

População por continente (em mil milhões))





Fonte: Nações Unidas 2006 - Clube do Sahel e da África Ocidental/OCDE

mulher. A América Latina e as Caraíbas apresentam actualmente uma taxa de fecundidade total (TFT) regional de 2,3, sendo que Cuba, Costa Rica e Trindade e Tobago têm TFT iguais ou inferiores à taxa de substituição. Mas são 120 os países que registam uma taxa de fecundidade total igual ou superior a 2,1 crianças por mulher, todos eles situados nas regiões menos desenvolvidas. Sete países ainda mantêm taxas de fecundidade de 6 crianças ou mais por mulher, dos quais cinco estão situados nas regiões ACP: Chade, República Democrática do Congo, Nigéria, Somália e Uganda.

O desafio da juventude

Até 2050, prevê-se que a população dos países mais desenvolvidos se mantenha praticamente inalterada nos 1,2 biliões de habitantes. Mas, à medida que a população do hemisfério Norte continua a envelhecer, a população do Sul torna-se mais jovem a cada dia. Em 2050, cerca de nove em cada 10 jovens estarão nos países em desenvolvimento, um factor que acarreta sérias implicações para os Governos, uma vez que estes terão de satisfazer requisitos cada vez mais exigentes em matéria de educação, formação e emprego.

África é o continente com a população mais jovem e de mais rápido crescimento em todo o mundo. Mais de 20% da população insere-se na faixa etária dos 15 aos 24 anos e, visto que mais de 40% da população Africana tem menos de 15 anos de idade, é de esperar que esse número aumente significativamente nos próximos anos.

"A grande maioria dos actuais 1,2 biliões de jovens, ou seja cerca de 90%, estão nos países em desenvolvimento", afirma Carl Haub, perito em demografia no *Population Reference Bureau* (PRB). "No decorrer das próximas décadas, estes jovens irão provavelmente dar seguimento à actual tendência de saída das zonas rurais com destino às cidades, em busca de oportunidades de educação e formação, trabalho assalariado e assistência médica adequada."

A esperança de vida em África praticamente estagnou desde finais da década de 1980, em consequência de doenças mas também devido aos conflitos armados e aos problemas económicos. Em toda a África Austral, a região mais afectada pelo VIH/SIDA, a esperança de vida diminuiu dos 61 para os 53 anos, nas duas últimas décadas. No Botswana, onde em 2007 se estimava uma prevalência do VIH de 24% entre a população dos 15-49 anos de idade, a esperança de vida caiu de 64 em 1985-1990 para 48 em 2000-2005. As perdas devidas ao VIH/SIDA estão já a contrariar os avanços na redução da mortalidade infantil, com um impacto especialmente forte nos países que haviam atingido taxas de mortalidade relativamente baixas antes do início da epidemia, como é o caso do Zimbabué. Desde 1950, os maiores ganhos em termos de esperança de vida à escala global foram registados entre a população feminina. Hoje, em quase todos os países, as mulheres vivem mais tempo do que os homens. Mas, apesar da sua maior longevidade, as mulheres passam 15% do seu tempo de vida em fracas condições de saúde, comparativamente a 12% para os homens. Esta diferença fica a dever-se sobretudo aos riscos associados à maternidade e ao preconceito em relação aos sexos, em particular nos países em desenvolvimento, onde as mulheres são geralmente colocadas numa posição de desvantagem logo desde o nascimento. É frequente as raparigas receberem alimentação menos nutritiva e menos assistência médica, e terem também menores perspectivas de educação, factor este que influencia a forma como elas irão criar os seus próprios filhos e o número de filhos que terão. As mulheres com má nutrição durante a gravidez têm maiores

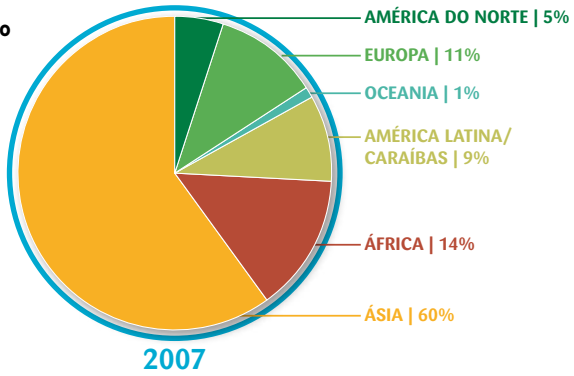
▶ probabilidades de ter bebés de baixo peso e crianças subnutridas. As taxas de mortalidade materna são especialmente altas na África Subsariana.

Migração

Segundo as Estimativas Probabilísticas relativas à População Mundial de 2007, publicadas pela organização de investigação Instituto Internacional de Análise de Sistemas Aplicados (IIASA), existem dois factores que reduzem substancialmente as possibilidades de o continente africano começar a sua escalada para sair do último degrau do desenvolvimento global. Em primeiro lugar, e acima de tudo, o rápido crescimento da população a par com uma estagnação ou queda dos níveis de escolarização; em segundo lugar, os problemas ambientais e agrícolas que naturalmente decorrem das alterações climáticas.

Um dos efeitos mais visíveis inerentes ao crescimento populacional é a migração. O número de pessoas que se deslocam, à escala internacional, regional e nacional subiu em flecha nas últimas décadas. Em 2005, o número de migrantes internacionais atingiu quase 191 milhões, em comparação com os 155 milhões registados em 1990, constituindo 3% da população mundial. Espera-se que estes indicadores, já actualmente elevados, aumentem ainda mais, numa média de 2,4 milhões de pessoas por ano entre 2009 e 2050. O maior fluxo de migração internacional ocorre dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos, com cerca de 62 milhões de pessoas a darem esse passo em 2005, sobretudo em busca de emprego e com o intuito de enviarem dinheiro para as suas famílias. Nalguns países, o valor total das remessas é hoje mais elevado que o da ajuda pública ao desenvolvimento. Mas o impacto da migração também poderá ser extremamente negativo para os países pobres, levando à chamada "fuga de cérebros", dado que os profissionais qualificados partem em busca de melhores perspectivas de vida. Nalgumas regiões das Caraíbas, 70% da mão-de-obra com educação de nível superior optou por ir trabalhar para o Canadá, Europa ou EUA. Tendo em conta o número de nascimentos e óbitos, a população dos Países e Territórios Insulares do Pacífico (PICT) cresce diariamente em cerca de 507 pessoas, mas perdem 34 pessoas por dia devido à migração.

Repartição da população mundial em 2007



Existe ainda um fluxo massivo e crescente de pessoas que se mudam de um país em desenvolvimento para outro, quer devido a oportunidades de trabalho, quer na sequência de conflitos ou de catástrofes naturais. Este tipo de fluxo é susceptível de gerar grande pressão sobre as infra-estruturas sociais, médicas e económicas, tal como se verificou durante a crise no Uganda em 1994, quando 2 milhões de refugiados abandonaram o país e provocaram graves tensões nos países adjacentes.

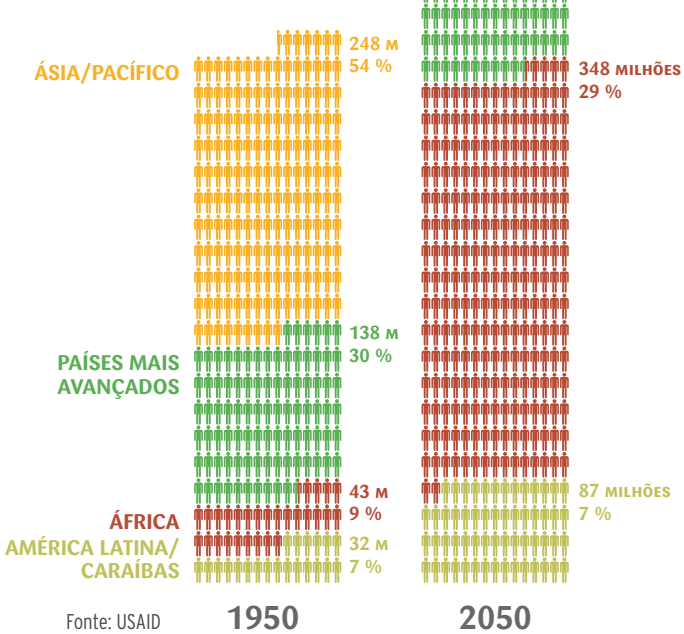
Mas a migração inter-regional pode trazer vantagens, tanto para o país de saída como para o país de acolhimento. Existe um consenso geral em torno da ideia de que o sucesso da Costa do Marfim no sector do café e do cacau, na década de 1980, ficou a dever-se em larga medida à entrada de mão-de-obra dos países vizinhos, como por exemplo do Burkina Faso. Do mesmo modo, é quase certo que as terras frágeis e degradadas das planícies centrais do Burkina Faso teriam tido sérias dificuldades em suportar uma população em rápido crescimento.

O êxodo rural

Em 2008, pela primeira vez, a população urbana mundial igualou a população rural e é de prever que assim continue. Apesar do crescimento das populações rurais em África, as populações urbanas estão agora a aumentar muito mais rapidamente. Para a agricultura, a conclusão é simples mas desencorajadora – os habitantes rurais terão de alimentar um número de habitantes urbanos que cresce massivamente. As populações que residem nas cidades terão também elas de tomar importantes medidas no sentido de assegurar a produção alimentar, através de um maior investimento na agricultura periurbana.

O êxodo rural é mais marcante em África. Mas é um fenómeno transversal a todos os países ACP. Em muitas das ilhas das Caraíbas e do Pacífico assiste-se a uma forte migração rural-urbana, o que poderá exaurir a mão-de-obra agrícola. A maior de entre as Ilhas Cook, Rarotonga, debate-se com dificuldades para atrair um número suficiente de jovens para trabalharem nos seus hotéis – muitos dos quais contam com a mão-de-obra migrante das ilhas Fiji – já para não mencionar na agricultura. "As zonas e ilhas mais longínquas estão de uma maneira geral a perder a sua população, por um lado devido à urbanização e por outro devido à migração internacional", explica Geoff Hayes, perito em densidade populacional no Pacífico. "Em muitas ilhas mais distantes, a população

A população jovem do mundo
(15 a 24 anos)



Fonte: USAID

em idade activa emigrou deixando para trás os mais jovens e os mais idosos. Nas ilhas Fiji, isto está associado ao declínio da indústria do açúcar."

Nas Caraíbas, onde a vida rural é pouco apelativa aos olhos dos jovens, a agricultura está cada vez mais a ser delegada à geração mais velha (ver pág. 10). A média de idades dos agricultores da região é hoje de 55 anos.

O aumento exponencial da população jovem em todos os países ACP traduzir-se-á numa maior procura de oportunidades de emprego e educação. O relatório de 2008 do Banco Mundial, intitulado *Juventude e desemprego em África: o potencial, o problema, a promessa*, identifica a conjuntura de desemprego e subemprego dos jovens como um factor desencadeante da instabilidade social e defende que a criação de postos de trabalho para os jovens é um pré-requisito para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável em África. No entanto, apesar da crescente migração do meio rural para o urbano, mais de 70% dos jovens africanos continuam a residir nas zonas rurais. De facto, o Banco Mundial revela que o jovem africano médio não é um citadino ▶

proveniente do campo, mas sim a rapariga pobre, alfabetizada, que abandonou precocemente a escola e que vive numa zona rural, sendo este um factor que realça a importância da focalização no desenvolvimento das mulheres e da juventude rural.

A perspectiva da existência de muitos mais jovens poderá afigurar-se como uma oportunidade favorável, se forem realizados os investimentos certos na área da saúde, educação, formação e desenvolvimento agrícola no meio rural. O chamado dividendo demográfico – o potencial valor adveniente da maior proporção de pessoas em idade activa, em comparação com as menores percentagens da população muito jovem e idosa – poderá resultar num maior desenvolvimento e crescimento económico. Mas os especialistas alertam para o facto de que, sem estas oportunidades e sem uma economia sólida dotada de uma boa governação, a presença dos jovens poderá tornar-se um inconveniente, na medida em que os jovens desmotivados manifestam as suas frustrações no seio da sociedade que foi o seu berço. ■

Para mais informações

Banco Mundial
- **Africa's Population Set to Double by 2036,** 2008
  http://go.worldbank.org/5W42H1WC30
- **The world's growing population, World Bank Atlas (36th edition),** 2004
  http://tinyurl.com/3429k77 (em inglês)
  http://tinyurl.com/3a8e42b (em francês)

CTA
Briefing de Bruxelas:
O Crescimento da População e as suas Implicações no Desenvolvimento Rural
http://tinyurl.com/y2f6q49

OIM
Organização Internacional para as Migrações
www.iom.int (em inglês)
http://tinyurl.com/33oentk (em francês)

PRB
Population Reference Bureau
www.prb.org

SPC
Evolução demográfica no Pacífico
http://www.spc.int/sdp (em inglês)
http://tinyurl.com/32etha9 (em francês)

UNAIDS/ONU SIDA
www.unaids.org

UNFPA
Fundo das Nações Unidas para a População
www.unfpa.org
- **State of world population 2009. Facing a changing world: women, population and climate Disponível para download em formato PDF:**
  http://tinyurl.com/y8hmuq4 (em inglês)
  http://tinyurl.com/2we8yp2 (em francês)

ENTREVISTA

Um dividendo para África

David Bloom é Professor de Economia e Demografia e também Presidente do Departamento de Saúde e População Mundial na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de Harvard, EUA.

O dividendo demográfico é o impulso para o crescimento económico que pode ocorrer em resultado de alterações na estrutura etária da população de um país. Tais alterações acompanham geralmente a transição demográfica do país, em que as taxas de mortalidade, nomeadamente de bebés e crianças, são as primeiras a registar uma descida, o mesmo se aplicando depois às taxas de natalidade. Um declínio na mortalidade infanto-juvenil é conducente a um "baby boom" – não porque haja mais nascimentos, mas sim porque há mais crianças que efectivamente sobrevivem.

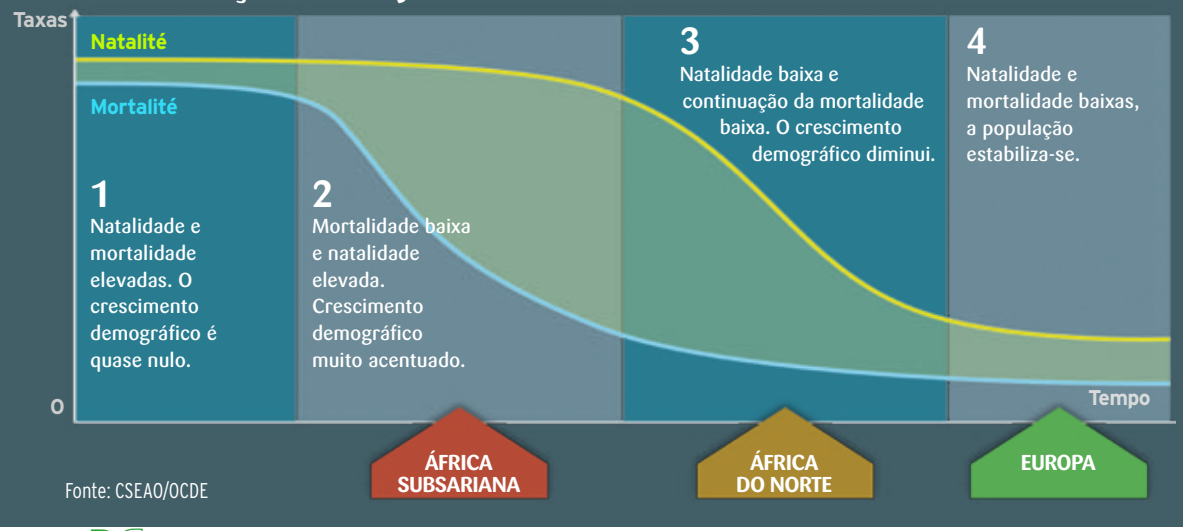
Esse "baby boom" consiste inicialmente num grande número de jovens, uma coorte que precisa de alimentação, vestuário, casa, escola e cuidados de saúde. Tudo isso implica ter recursos que serão obrigatoriamente desviados de outros fins, o que configura uma tendência para o abrandamento do crescimento económico. Mas, num período de 15 a 25 anos, os membros mais velhos da geração do "baby boom" atingem o pico daquela que é por excelência a idade do trabalho e da poupança. Quando tal acontece, a situação económica modifica-se devido à expansão da oferta de mão-de-obra e, potencialmente, devido a um acréscimo nas poupanças.

Quase todos os países iniciaram a sua transição demográfica, e muitos concluíram-na há muito. Existem, todavia, países que se encontram em diferentes fases intermédias, sendo que, na maior parte da África Subsariana, essa transição está ainda a começar. O início do percurso descendente das taxas de mortalidade é relativamente recente, comparando com outros locais no mundo. Seguiram-se as quedas nas taxas de fecundidade, mas em muitos países esse declínio foi até à data pouco expressivo. A Nigéria, por exemplo, encontra-se nos primórdios da transição demográfica. As Nações Unidas prevêem uma subida constante da faixa da população em idade activa, atingindo-se em 2050 o dobro da população activa relativamente ao grupo da população dependente. Futuramente, a proporção exacta deste número dependerá em larga medida da velocidade à qual desçam agora as taxas de fecundidade.

Para a Nigéria, e para a maioria dos restantes países da África subsariana, colher os frutos do dividendo demográfico é um objectivo que implicará esforços para ser alcançado. A conjuntura económica, social e política, de uma maneira geral, exercem um efeito determinante quanto à possibilidade de um país ser ou não capaz de beneficiar do dividendo demográfico. Com a implementação de políticas adequadas, a redução dos conflitos internos, e uma boa cooperação por parte do resto do mundo, os países poderão assistir a um impulso económico significativo decorrente da sua alteração demográfica. Veja-se, por exemplo, os casos da Malásia, Coreia do Sul e Tailândia.

As zonas rurais enfrentam desafios particulares, dado que apresentam normalmente taxas de mortalidade e de fecundidade mais altas, sendo também mais pobres do que as zonas urbanas. Se os Governos adoptarem políticas que permitam o aumento do emprego a nível nacional, as zonas rurais poderão registar um investimento acrescido ou melhores oportunidades de migração para as zonas urbanas, onde existe maior abundância de postos de trabalho. O dividendo demográfico, caso se concretize, poderá incitar a um aumento na actividade económica que é passível de favorecer ambos os meios, rural e urbano, em todo o território da África Subsariana.

A transição demográfica



Fonte: CSEAO/OCDE

A transição demográfica é o fenómeno subjacente à criação das condições para aquilo que os economistas designam por dividendo demográfico. O termo refere-se à mudança que ocorre nos países, segundo a qual se passa de um regime de elevada natalidade e elevada mortalidade para um de baixa natalidade e baixa mortalidade. Uma queda das taxas de mortalidade no começo da transição demográfica – tipicamente devida à distribuição de vacinas, antibióticos, água limpa e meios de saneamento básico – conduz a uma descida nas taxas de fecundidade à medida que as pessoas se apercebem de que os seus filhos têm maiores probabilidades de sobrevivência.

© Syfia International

2 | Os desafios das zonas rurais

2010-2050: os mesmos combates

Garantir a segurança alimentar de 1,9 mil milhões de habitantes em 2050, preservar o meio ambiente e empregar a população jovem rural, cada vez mais numerosa, eis alguns dos grandes desafios com os quais África se debate actualmente.

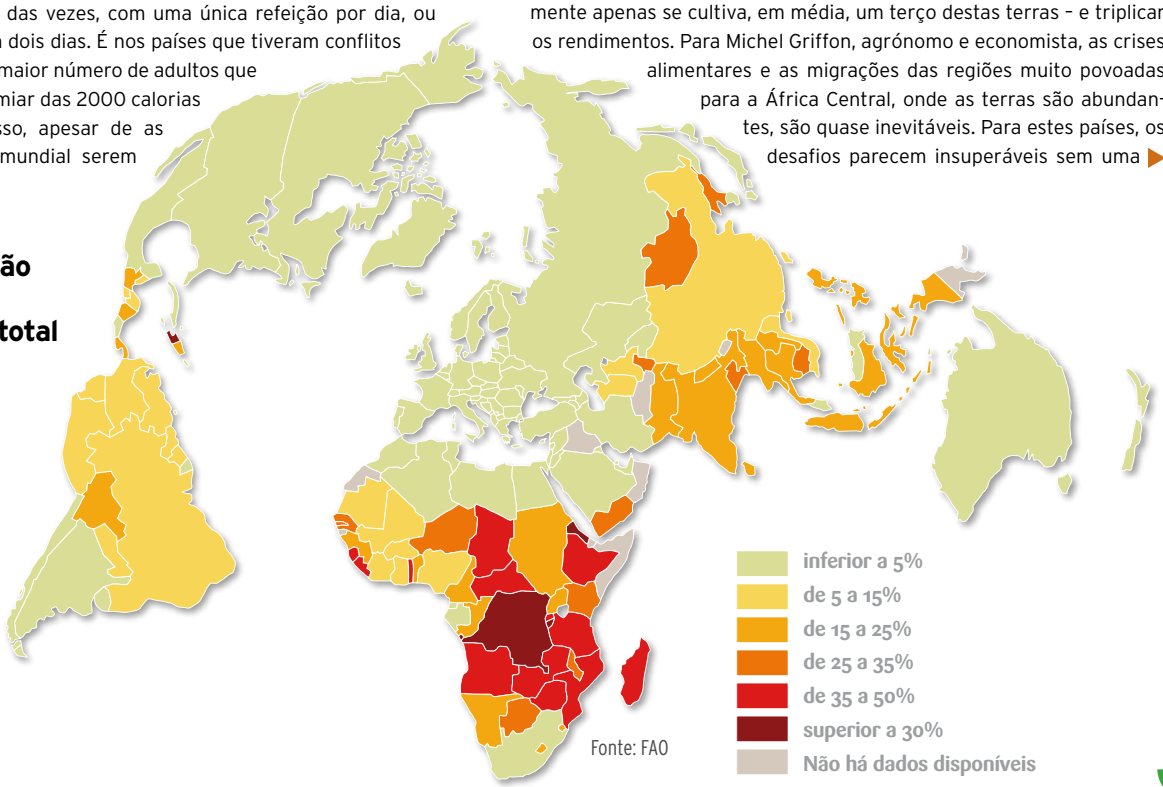
Como é que África conseguirá alimentar cerca de 2 mil milhões de habitantes em 2050, quando é com dificuldade que alimenta actualmente mil milhões? O desafio é imenso e as perspectivas vertiginosas. Actualmente, na África Subsariana, a segurança alimentar está longe de estar assegurada e degrada-se em vários países. Em 2009, o número de pessoas que padeciam de fome em África aumentou em 11,8%. Nas Caraíbas, o Haiti fez subir este número para os 12,8%. Um terço dos africanos é subalimentado e, paradoxalmente, três quartos deles são camponeses, considerados como os que produzem víveres para toda a população. Na África Central, a taxa de má nutrição é particularmente elevada e não cessa de crescer: de 36% na década de 1960 para 56% a partir de 2000.

A subalimentação tornou-se crónica em numerosas regiões do continente africano, tanto em quantidade, como em qualidade. As famílias bastam-se, muitas das vezes, com uma única refeição por dia, ou mesmo de dois em dois dias. É nos países que tiveram conflitos que se encontra o maior número de adultos que vivem abaixo do limiar das 2000 calorias por dia. Além disso, apesar de as colheitas a nível mundial serem mais abundantes, os preços de compra no mercado mundial aumentarão ainda entre 10 e 14% este ano para os países mais vulneráveis, adverte a FAO. Acresce ainda que, em África, a alimentação da população urbana depende massivamente destas importações.

Alimentar o dobro das pessoas em 40 anos representa, pois, um desafio de uma dimensão inigualável para o continente africano. "Os países em desenvolvimento deveriam aumentar as suas disponibilidades em energia de origem vegetal em 175%, estima a FAO, África em 414% e os povos que se alimentam sobretudo de mandioca, inhame ou taro em 617%". Atingir tais taxas supõe um aumento anual considerável da produção agrícola, incompatível com os 2,4% registados em África nos anos 1970 e 1980.

Assim, na África Oriental a produção deverá ser multiplicada por 8 a 14 vezes, o que significa cultivar todas as terras aráveis – presentemente apenas se cultiva, em média, um terço destas terras – e triplicar os rendimentos. Para Michel Griffon, agrónomo e economista, as crises alimentares e as migrações das regiões muito povoadas para a África Central, onde as terras são abundantes, são quase inevitáveis. Para estes países, os desafios parecem insuperáveis sem uma ▶

Prevalência da malnutrição em relação à população total em 2009 (em %)



Fonte: FAO

ajuda exterior massiva. Na África Ocidental, as necessidades são menos marcantes: para que cada pessoa possa comer até ficar saciado, seria necessário multiplicar a superfície cultivada por quatro vezes, a expensas das savanas e florestas, assim como multiplicar a produção de duas a cinco vezes, segundo as regiões.

Preservar o meio ambiente

Estas previsões sombrias são assustadoras, mesmo que África possua trunfos para superar estes desafios, será preciso investir massivamente para os valorizar. As terras não exploradas ainda são muito abundantes no continente africano. Segundo os dados da FAO, aproximativos visto que são muitos os países que desconhecem a área exacta das suas terras agrícolas, 228 milhões de hectares seriam cultivados ou seja 22% da capacidade total. Se se considerar as vastas florestas e desertos, a densidade populacional média é fraca (25 habitantes/km^2), mas alberga enormes disparidades. Alguns países são muito pouco povoados, como é o caso do Botswana, da República Centro-Africana e da Namíbia, enquanto outros, como é o caso das Comores, Maurícias e Ruanda, apresentam uma densidade populacional muito elevada: mais de 200 habitantes/km^2, atingindo mesmo os 400 e 500 habitantes/km^2 em algumas zonas.

A área cultivada por trabalhador agrícola varia muito duma região para outra – entre 0,1 e 1 ha em média – mesmo dentro do mesmo país. A expansão das áreas cultivadas tem sido, durante estes últimos 30 anos, a principal resposta dos agricultores, sobretudo na África Ocidental, para fazer face às necessidades alimentares, em pleno crescimento sob a pressão demográfica. A área por trabalhador agrícola foi reduzida para metade: um hectare em média no Senegal, por exemplo. A pressão sobre a terra aumentou e a fertilidade das terras diminuiu.

A extensão das terras cultiváveis faz-se a expensas das florestas e das savanas: segundo a FAO, 3,4 milhões de hectares de florestas africanas desaparecem a cada ano, desde 2000. A desflorestação é particularmente intensa nos países da África Central, os mais ricos em florestas densas. A procura de lenha ou carvão vegetal, que representa ainda 89% da energia e não cessa de aumentar, apenas agrava a desflorestação e a erosão das terras.

Ora os recursos naturais do continente africano e a sua biodiversidade são uma das riquezas que mais crescem em termos de valor. Estes podem ser convertidos em dinheiro pelos agricultores, caso protejam as espécies em via de extinção, replantem árvores que sequestram o carbono ou ainda adoptam métodos de cultivo que não sejam prejudiciais ao meio ambiente. Preservá-los é, pois, um imperativo.

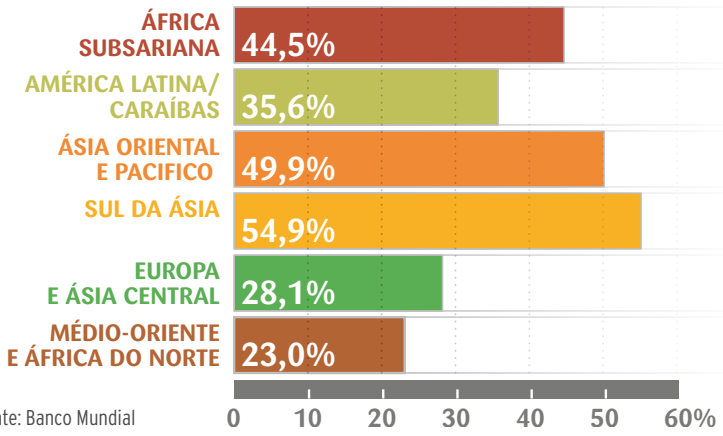
Para limitar os desbravamentos, ao mesmo tempo que se aumenta fortemente a produção, a intensificação da agricultura constitui, portanto um desafio prioritário a empreender. Para isso, é necessário pôr à disposição dos agricultores os factores de produção e os serviços que permitam esta transformação.

Irrigar e fertilizar

A irrigação é uma solução para aumentar a produção e os rendimentos e para abrandar a insuficiência, ou a irregularidade crescente, da queda pluviométrica ligadas às mudanças climáticas. Deste modo, segundo os especialistas, na Costa do Marfim, 80% do arroz cultivado depende das chuvas, enquanto o rendimento do arroz de regadio é cinco vezes superior. As culturas irrigadas de pequena escala podem duplicar as necessidades em mão-de-obra agrícola e empregar os numerosos jovens das zonas rurais que não são donos de terra. Actualmente, apenas 4% das terras aráveis são irrigadas, enquanto na Ásia este número é de 38%. O potencial é, pois, enorme, mas exige investimentos colossais para o valorizar.

A restauração rápida da fertilidade dos solos, de forma a aumentar os rendimentos, é o outro factor-chave. Em muitas das regiões, a pressão demográfica já não permite pôr as terras em pousio. São muitos os pequenos agricultores que não têm acesso a fertilizantes, por estes não estarem disponíveis ou serem muito caros. Actualmente os países africanos apenas utilizam, em média,

Terras agrícolas em percentagem do território
(em 2007)



Fonte: Banco Mundial

BENIM

Formados em técnicas de venda

No Benim, 16.000 jovens beneficiam, desde 2009, do Programa Especial de Inserção dos Jovens na Agricultura (PSIJA). Lançado pelo Estado beninês para combater o desemprego e o êxodo rural, este programa inclui uma fase-piloto de 2 anos (2009-2010). O seu custo está avaliado em 7 mil milhões de XOF (10,6 milhões de euros), sendo financiado na sua totalidade pelo orçamento nacional e acompanhado, a partir de 2011, por uma fase de promoção do empresariado agrícola entre os jovens.

"É uma iniciativa peculiar, comparando com experiências passadas", considera Aly Bouco Imorou, Secretário-Geral do Ministério, encarregado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Segundo ele, os programas precedentes assentavam sobre a concessão de créditos, a formação e o acompanhamento dos beneficiários, seleccionados com base em dossiers de candidatura, sem procurar regularizar a questão crucial do acesso aos mercados. "Funcionavam bem, mas fracassavam na etapa da comercialização", conclui.

O PSIJA é inovador, segundo ele, devido a vários aspectos, dos quais se destacam: uma selecção mais aberta dos beneficiários, que em vez de se fundamentar no estudo dos dossiers de candidatura põe a tónica na motivação e no voluntariado, na segurança e na preparação das terras (através da emissão de títulos fundiários, extracção dos cepos e raízes das árvores, lavoura, etc.) postos gratuitamente à disposição dos jovens; a concessão de subsídios; uma formação e um acompanhamento práticos no terreno.

Uma das especificidades principais é a segurança dos mercados. A SONAPRA (Sociedade Nacional de Promoção Agrícola), uma empresa pública, compra a produção destes jovens aos preços aprovados oficialmente e comercializa-a. Resultado: uma motivação elevada entre os beneficiários e rendimentos superiores à média nacional. "Os jovens obtêm 2,5 t de milho e 4 t de arroz por hectare, sendo a média respectivamente, de 1,5 e 2,5 t", segundo o Ministério. Em 2011, a segunda fase do programa dedicar-se-á à profissionalização dos jovens que se revelarem mais merecedores, apoiando a sua actividade na base de um plano de negócios que eles submeterão ao PSIJA.

8 kg de fertilizantes químicos por ano, por hectare, enquanto a média mundial se situa em 90 kg. De acordo com o Centro Internacional de Desenvolvimento dos Fertilizantes (IFDC), 85% das terras cultivadas perderam, em média, por ano, 30 kg de nutrientes por hectare. Os rendimentos estagnaram, cifrando-se em 12,3 quintais/ha de cereais, sem alteração desde 1980 (para 30,9 quintais/ha na Ásia e 54 na Europa).

O acesso aos fertilizantes e a outros insumos – sementes melhoradas, pesticidas – assim como a material agrícola, constituem requisitos incontornáveis para um vincado aumento da produção, esperado para as décadas vindouras. Um desafio que convém que seja encarado como prioritário pelos Estados, como sublinham numerosos estudos.

Apoiar o acesso aos mercados

O outro obstáculo relevante para muitos dos agricultores é o seu isolamento, que não permite o escoamento dos produtos agrícolas. Então para quê produzir mais? Mais de 60% das populações rurais habitam e cultivam a uma distância superior a dois quilómetros de uma estrada onde os veículos podem circular em todas as estações do ano. Mais de metade das picadas rurais estão degradadas, o que prolonga a duração e os custos de transporte, ou estão completamente inutilizáveis. Em alguns países, como por exemplo a República Democrática do Congo, regiões inteiras que no passado alimentavam outras ou até exportavam, actualmente encontram-se completamente isoladas. A única maneira de evacuar os seus produtos é de bicicleta ou nas costas das mulheres.

A reparação destas picadas, em curso em alguns países, e a construção de novas estradas, também exigem financiamentos colossais e a participação de todos: doadores, Estados, privados, populações locais. Mas essa é uma condição indispensável para que os agricultores possam aprovisionar os mercados, tanto locais como nacionais ou regionais e, deste modo, alimentar as cidades.

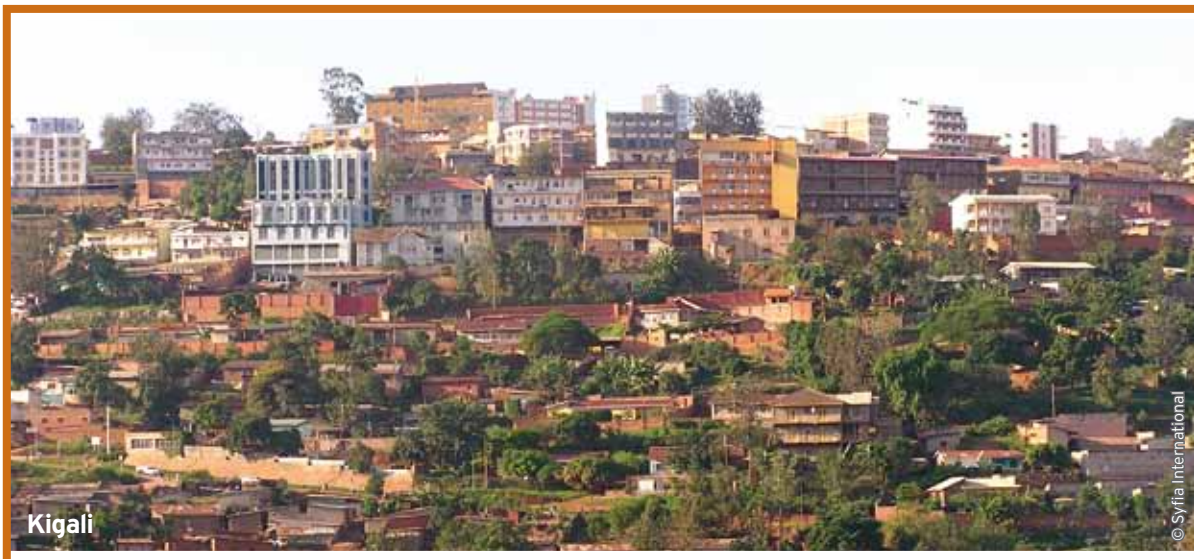
Empregar os jovens

Face à explosão demográfica esperada, África dispõe de trunfos físicos importantes, cuja valorização exige investimentos de grande monta. O crescimento populacional, que os torna urgentes é também em si um trunfo, porque se traduz na entrada no mercado de uma mão-de-obra abundante e jovem. Apesar dum forte êxodo rural, a população rural continuará a crescer 1,4% ao ano. De 2005 a 2030, África passará de 473 a 604 milhões de habitantes. Em 2010, são ainda cerca de 70% as pessoas que vivem da terra nas zonas rurais e na proximidade das cidades. As zonas urbanas, muito pouco industrializadas, não oferecem empregos formais suficientes para todos os jovens que chegam ao mercado de trabalho: 10 milhões por ano actualmente e entre 18 a 20 milhões em 2030.

Em 2006, segundo a Organização Internacional do Trabalho, 27% dos jovens africanos entre os 15 e os 35 anos não tinham trabalho, quer formal, quer informal e não frequentavam a escola. Uma situação desesperante que leva alguns deles a exilarem-se, a qualquer custo ou, em zonas de conflito, a alistarem-se como crianças-soldados, um triste meio de ganhar a vida. Nas condições actuais, a agricultura e as actividades rurais permanecerão ainda, durante décadas, as principais fornecedoras de empregos e de rendimentos para as coortes de jovens.

Muitos africanos ficam sub-empregados no campo, por exemplo durante a longa estação das secas no Sahel ou devido à falta de

© Terre Nourricière


Kigali
© Syfia International

[REPORTAGEM]

Ruanda: trabalhar na cidade para investir na aldeia

Os jovens ruandeses originários das zonas rurais, que deixam a sua colina para ir trabalhar em Kigali, muitas vezes já não têm vontade de aí se instalar permanentemente. Descobrem que a capital não é o paraíso sonhado, onde as pessoas ganham facilmente a vida. "A cidade atrai os jovens do campo, porque lá podem encontrar pequenos trabalhos, melhor remunerados do que os empregos nas zonas rurais." Mas nós aconselhamos os jovens a pouparem para investirem na sua terra", declara um dos responsáveis da Associação dos Trabalhadores Domésticos, sediada em Kigali. "Hoje em dia, prossegue, são muitos os que pensam voltar ao seu torrão natal para aí montarem pequenos projectos que sirvam de exemplo aos aldeãos."

Valens Mfitumukiza, de 32 anos, trabalha há dois anos em Kigali como guarda-nocturno. Ganha 25.000 RWF (35 €) por mês, que poupa na totalidade. Para viver basta-se com as receitas de pequenos trabalhos que faz durante o dia. "Com este pequeno capital, consegui comprar uma vaca por 100.000 RWF (140 €). Estou agora a construir uma casa na minha aldeia natal, na província ocidental", regozija-se. Há um bom número de empregados domésticos que até pedem aos patrões para guardarem os seus salários para assim poderem dispor de uma soma mais avultada quando dela tiverem necessidade.

Com efeito, estes jovens constatam que é cada vez mais difícil encontrar um alojamento em Kigali, tão exíguos são os meios de que dispõem. Os que não trabalham como empregados domésticos têm muita dificuldade em ganhar a vida. Os que se dedicam ao pequeno comércio são regularmente perseguidos pelas forças da ordem porque em Kigali é proibido vender na rua. "Regressar ao campo para montar um projecto ou construir uma habitação, é mais sossegado", observa um destes jovens. Depois de as suas mercadorias, por diversas vezes, terem sido confiscadas pela polícia, decidiu abrir uma loja na sua aldeia. Numerosos camaradas seus, que se cansaram em vão de tentar integrar-se na cidade, seguiram o seu exemplo. Emeritha Mukantaganzwa, de 28 anos, comprou um terreno, depois de ter trabalhado alguns anos como empregada doméstica "Exploro a minha parcela cultivando legumes, com os quais ganho mais do que ganhava em Kigali", testemunha.

Djalia Bazubagira

ENTREVISTA

CARAÍBAS

Passar o testemunho aos mais jovens

Jethro Greene é o Coordenador Geral da Rede das Associações Camponesas das Caraíbas (CaFAN)

Há já algum tempo que o sector agrícola das Caraíbas está em risco. As percepções sociais negativas baseadas na história, as economias orientadas para o turismo e o petróleo, as políticas as políticas comerciais liberais prejudiciais, a substituição das importações e a estagnação do investimento público tiveram como resultado um declínio efectivo do sector. Para além dos desafios colocados pela falta de mecanização, mercado e assistência financeira, o sector parece estar a envelhecer. Em busca da estabilidade financeira, cada vez mais pessoas têm sido atraídas para as zonas urbanas na esperança de conseguir um emprego alternativo. Como tal, em toda a região das Caraíbas, verifica-se uma acentuada ausência de jovens empresários. Os inquéritos realizados junto das associações de agricultores revelam que a média de idades tem vindo a aumentar para os 45 anos na maior parte das ilhas, sendo que muitos dos agricultores têm mais de 60 anos.

A CaFAN organizou recentemente um workshop destinado a abordar os principais factores que contribuem para a falta de participação jovem no sector, bem como para criar um ambiente propício a que os mais jovens e os não tão jovens pudessem reunir-se, partilhar ideias, formar líderes e encontrar soluções comuns para problemas comuns.

O desenvolvimento tecnológico, a promoção da actividade agrícola como um negócio, a articulação sectorial, assim como o acesso a terras, o financiamento e o marketing, representam um conjunto de áreas chave que requerem uma futura intervenção. Os potenciais projectos que visam incentivar os jovens a ter um maior envolvimento na agricultura incluem a implementação de mais programas dirigidos à juventude, recorrendo à tecnologia para aumentar a produtividade e a rentabilidade, divulgando informação acerca das oportunidades existentes através do sistema de ensino oficial, e a constituição de um fundo de desenvolvimento para a agricultura, a fim de conceder um apoio financeiro aos jovens empresários agrícolas.

Os nossos objectivos consistem na melhoria da qualidade de vida das famílias de pequenos agricultores e na conquista da independência e capacidade económica do sector agrícola. Mediante várias iniciativas e com uma colaboração contínua dos sectores público e privado, estamos a caminhar a passos largos para a criação de um meio mais favorável aos jovens engenheiros agrónomos. Esperemos que os jovens de toda a região aproveitem o florescimento destas oportunidades não apenas para ganhar a sua independência financeira, mas também para participar e dar o seu contributo na redução da insegurança alimentar, e intensificar os esforços envidados a nível nacional com vista à diversificação da economia.

terras, como no Ruanda. Contudo, há falta de braços na época de grande azáfama agrícola, como a lavoura, sobretudo nos lugares em que as mulheres, que se tornaram chefes da exploração, não podem assumir todos os encargos.

No entanto, para os jovens neste momento ser agricultor não é muito atraente. Esta profissão é pouco considerada, ou até mesmo menosprezada. O pouco interesse manifestado pelas autoridades nestas últimas décadas por este sector, ainda que vital, reforçou este sentimento de abandono. A ausência de acções de formação adaptadas às necessidades da população rural jovem que quer modernizar-se, disso é testemunho. A escola constitui o primeiro passo. A frequência da escola primária, que aumentou muito desde há uma dezena de anos, hoje em dia atinge os 76%. Quanto à escola secundária, não ultrapassa os 30% e encontra-se concentrada nas cidades e nos

© Syfia International

C Dancette © Cirad

CABO VERDE

Rumo à água

Cabo Verde é um dos países mais secos do planeta. A queda pluviométrica é 260 mm por m² em média por ano, o limite inferior dos países do Sahel. Sem infra-estruturas de retenção, as águas caem pelas encostas abruptas destas ilhas vulcânicas, provocando uma forte erosão e uma fraca infiltração. Apenas 17% desta água atinge os lençóis freáticos; o restante evapora-se ou junta-se às águas do oceano. Mal abastecidos e sobreexplorados estes lençóis conhecem uma inquietante baixa de nível, acompanhada de uma salinização acelerada das zonas costeiras.

Esta situação extrema levou as autoridades cabo-verdianas a desenvolverem a agricultura irrigada de superfície por aspersão e micro-irrigação, bem como a protecção do meio ambiente, um eixo estratégico da sua política de segurança alimentar. O potencial irrigável do arquipélago está estimado em 3000 ha. Com a ajuda do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA), o Governo arrancou, em 2004, com as obras das bacias hidrográficas nas três ilhas vulcânicas, Santiago, Santo Antão e São Nicolau – que concentram 90% do potencial irrigável. Objectivo: travar a degradação dos solos provocada pela erosão e aproveitar melhor as águas da chuva através da construção de pequenas barragens/represas e de sistemas de regadio.

A cooperação chinesa financiou a construção da primeira grande barragem hidroagrícola de Cabo Verde em Poilão, na ilha de Santiago. Inaugurada em 2006, a sua capacidade de retenção é 1,7 milhões de m³. Em Junho de 2009, Portugal anunciou a sua intenção de financiar a construção de outras três barragens com um custo de 100 milhões de euros. Foram também propostas outras soluções técnicas: revestimento dos canais, aumento das capacidades locais de armazenamento, culturas menos exigentes em água e, sobretudo, a promoção da irrigação localizada, para uma utilização óptima desta água tão preciosa para o futuro destas ilhas e para a alimentação dos seus 500.000 habitantes.

[REPORTAGEM]

Camarões: para os jovens dos 20 aos 50 anos

"Vejam! O fertilizante, muda tudo" Régine Demeze, responsável por um Grupo de Iniciativa Comum (GIC) em Mélong (a 130 km a oeste de Douala), varre com o olhar a sua luxuriante plantação de milho, salpicado de mandioca e de macabo. As jovens plantas robustas, com folhas verde-escuro, prometem boas colheitas, apesar das chuvas tardias deste ano. "É graças ao crédito do Fundo Nacional de Emprego (FNE)", regozija-se Régine. Um empréstimo de 50.000 XAF (76 €) permitiu-lhe pagar a mão-de-obra que a ajudou nos trabalhos e comprar fertilizantes e pesticidas.

Desde há 2 anos que o seu grupo, composto por dez membros, beneficia, como a maior parte dos GIC da região, dum empréstimo do Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Empregos Rurais (PADER), executado pelo FNE, um organismo público. Régine, de 40 anos, cultiva cerca de 3 ha de plantações disseminadas nas aldeias da sua localidade. "Sem estes créditos nenhum de nós poderia explorar mais de 2 ha", afirma Julienne Ouandji, que estima em 5 ha o conjunto das suas plantações de policultura alimentar, onde o milho impera. "Isto ajuda-nos a ter duas colheitas de milho, feijão e soja por ano, acrescenta Jacqueline Nkouakam. Consegui, assim, duplicar a minha produção". Os empréstimos, cuja taxa de juro anual atinge os 8%, são reembolsáveis em 10 mensalidades. "Os empréstimos são reembolsados em 100%", afirma Régine Demeze, exibindo os recibos bancários e um caderno onde estão anotados os pagamentos mensais dos seus membros.

Segundo a opinião de todos os beneficiários, este sistema de financiamento tem uma vantagem que muitos outros não têm: "Os funcionários do FNE vêm directamente ao terreno; cada grupo exprime as suas necessidades e eles financiam." Dum modo geral, 80% do empréstimo é em géneros (pulverizadores, adubos, pesticidas, etc.), em função dos pedidos do GIC. O resto é depositado na conta do grupo para os membros em causa. "Isto evita-nos ter de pagar custos de viagens e comissões aos múltiplos intermediários assim que os fundos são desbloqueados pelo Ministério", explica Pauline Magne. Sem contar que os fundos nem sempre chegam aos seus destinatários.

O PADER, que se dirige aos camponeses dos 20 aos 50 anos agrupados em GIC, foi lançado em vários regiões camaronesas a partir de 2003 com o fim de lutar contra a pobreza, através da criação e do reforço de empregos rurais. Em finais de 2009, financiou, no total, mais de 35.000 projectos e criou cerca de 52.000 empregos em várias fileiras (arroz, milho ou mandioca, etc.)

Étienne Tassé

© Syfia International

© Syfia International

rapazes. Contudo, quando a frequência das raparigas no ensino secundário aumenta 1%, o crescimento económico aumenta 0,3%... Uma formação profissional adaptada às necessidades é uma garantia de modernização da agricultura e permite aos jovens libertarem-se da carga das tradições, muitas vezes tão pesada.

Revalorizar a profissão de agricultor, tornar as zonas rurais atractivas, ter em conta as necessidades e os desejos desta categoria da população, são alguns dos desafios a enfrentar para que as gerações futuras em África permaneçam no campo. Certamente que uma parte destes jovens continuará a engrossar as cidades, mas a chegada de jovens agricultores, bem formados e dinâmicos, prontos a inovar, abre a porta ao aumento da produtividade, tão esperada. Nestas condições, estas novas gerações, tão numerosas, serão mais uma riqueza do que um peso.

Não há alternativa. Alimentar e fazer viver dois mil milhões de pessoas em 2050 implica fazer da agricultura a prioridade absoluta.

Para mais informações

CTA
16.ª Reunião de Bruxelas sobre
La croissance démographique et ses implications pour le développement rural ACP (Janeiro de 2010)
http://tinyurl.com/27olr56 (em francês)
http://tinyurl.com/y2f6q49 (em inglês)

FAO
Fórum de especialistas de alto nível sobre
Comment nourrir le monde en 2050 ?
(Outubro de 2009)
http://tinyurl.com/2a7799g (em francês)
http://tinyurl.com/2cegdv4 (em inglês)

Banco Mundial
- **Rapport sur le développement dans le monde 2008. L'agriculture au service du développement**
http://tinyurl.com/2dc9l7s (em francês)
http://tinyurl.com/2fbkl4 (em inglês)
Resumo em português:
Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de Agricultura para o Desenvolvimento
http://tinyurl.com/32g232w
RuralStruc
http://tinyurl.com/23l2ru7 (em inglês)
- **Les besoins d'investissement dans l'irrigation en Afrique subsaharienne**
Resumo: http://tinyurl.com/33au3x3 (em francês)
http://tinyurl.com/32pkxcm (em inglês)

Fondation Farm
Fundação para a agricultura e a ruralidade no mundo
- **Les potentialités agricoles de l'Afrique de l'Ouest**
http://tinyurl.com/36uwu4j (em francês)
http://tinyurl.com/2uh4rzz (em inglês)
- **Défis agricoles africains**
Sob a direcção de J-C Devèze
Karthala, 2008, 414 págs. - ISBN 978-2-8111-0011-7
- **Nourrir la planète**
Por M. Griffon
Éditions Odile Jacob, 2006
ISBN 978-2-7381-1805-9

ENTREVISTA "Produzir mais sem poluir"

Vincent Ribier, investigador em economia no Departamento de Meio Ambiente e Sociedade do CIRAD - Centro de Cooperação Internacional de Investigação Agronómica para o Desenvolvimento

Face ao desafio de alimentar uma população mundial cada vez mais numerosa, ao mesmo tempo que a preocupação com o meio ambiente prevalece, a sua resposta assenta na agricultura ecologicamente intensiva. O que abrange este conceito?

A agricultura ecologicamente intensiva procura valorizar melhor os recursos naturais disponíveis nos ecossistemas. O seu objectivo consiste em modificar o funcionamento do sistema para torná-lo mais eficaz. Isso permite simultaneamente limitar a utilização de insumos químicos, como sejam os fertilizantes e os pesticidas e, portanto, a poluição. O ciclo do carbono é intensificado pela produção de biomassa que aumenta o stock de matéria orgânica disponível para a planta. Esta biomassa assegura uma cobertura do solo, a fim de combater as ervas daninhas, diminuir a evaporação e a erosão dos solos e, por fim, melhorar a fertilidade. O ciclo da água também é optimizado por obras simples de represamento.

Nas explorações agrícolas que utilizam poucos insumos químicos, com níveis de rendimentos baixos, como geralmente é o caso nas pequenas explorações africanas, a forte disponibilidade de biomassa deixa prever um melhoramento da fertilidade natural, ao mesmo tempo que reduz a susceptibilidade aos imprevistos climáticos e aos riscos de doenças. Isto pode traduzir-se numa maior estabilidade económica e em menos riscos para os agricultores e contribuir como uma função de segurança.

Portanto, este sistema encontra-se bem adaptado à agricultura familiar, de pequena escala?

Completamente. O recurso mínimo a insumos torna estas práticas mais acessíveis aos produtores que não possuem meios para pré-financiar a compra dos diversos factores de produção. Por outro lado, este sistema é válido qualquer que seja o tamanho da exploração, não desfavorecendo os pequenos produtores. Por fim, esta agricultura exige poucos insumos mas muita mão-de-obra. Constitui, pois, uma garantia do sustento da população no meio rural, num momento em que as questões de emprego e de êxodo rural estão na ordem do dia. Os ganhos de produtividade obtidos sem a compra de insumos permitem conservar a rentabilidade das explorações, mesmo empregando mais mão-de-obra.

Quer dizer que qualquer pessoa pode facilmente aplicar este sistema na sua exploração?

Sim, mas o sistema funciona melhor se não for aplicado isoladamente. É bom que as explorações vizinhas também adoptem este sistema. Os resultados serão mais significativos se estas práticas estiverem generalizadas no seio da zona de produção. Caso contrário, a fase de transição será mais lenta e mais difícil de gerir. Portanto torna-se desejável incentivar a adopção destas práticas ao nível de microbacias hidrográficas e apoiar a realização comunitária de diversas obras de beneficiação.

Os cenários Agrimonde

A plataforma Agrimonde é um instrumento prospectivo de reflexão sobre as apostas alimentares e agrícolas, liderada pelo INRA e pelo CIRAD (França). Para ser possível fornecer 3000 kcal/J, em 2050, a cada um dos 9 mil milhões de habitantes do planeta (ou seja um quarto a mais do que actualmente, no que respeita a África), os investigadores consideraram dois cenários.

Cenário Agrimonde 1: alimentar o planeta preservando os ecossistemas

Este cenário assenta na intensificação ecológica da produção agrícola, preservando os recursos naturais e a fertilidade dos solos. Em 2050, os investimentos massivos permitiram fazer o ordenamento territorial, organizar as fileiras e melhorar os rendimentos rurais. O êxodo rural abrandou. As trocas de bens alimentares são reguladas pela Organização das Nações Unidas para a Segurança Alimentar (UNOFS) que também gere os stocks. Há uma extensão das terras cultivadas, mas as práticas agro-florestais e agro-ecológicas permitiram preservar em grande parte a biodiversidade.

Cenário Agrimonde OG (orquestração global): alimentar o planeta privilegiando o crescimento económico mundial

Neste cenário, triunfa o aumento rápido da produção alimentar. Isso é obtido graças a fortes investimentos realizados na investigação, nas infra-estruturas, na educação e na saúde, e a difusão rápida de novas tecnologias com a ajuda de empresas multinacionais, beneficiando das fracas barreiras comerciais.

As culturas são muito mais intensivas graças aos fertilizantes e às sementes melhoradas, em grande parte de OGM. As explorações agrícolas, tanto pequenas como grandes, tornaram-se, na sua grande maioria, muito mecanizadas e industriais. O crescimento económico mundial foi muito forte, com a criação de numerosas empresas, e o êxodo rural acentuou-se. As preocupações ambientais são tomadas em consideração à escala mundial.

Para um arranque agrícola rápido na África subsariana, os investigadores calculam que seria preferível começar por um cenário Agrimonde OG. Isso forneceria o tempo necessário para aperfeiçoar as técnicas de intensificação ecológica necessárias para adaptar a agricultura às mudanças climáticas.

© Terre Nourricière

A equação maliana

Uma economia que pouco evolui, face a uma densidade demográfica sempre elevada. Assim se apresenta "*A equação maliana*" segundo o RuralStruc (Rural Structure), um estudo que se realiza desde há três anos no seio do Banco Mundial sobre a evolução das economias rurais. A população do Mali quadruplicou após a independência e poderá quadruplicar ainda mais uma vez e atingir os 56 milhões de habitantes em 2050, ou seja, mais 40 milhões do que actualmente. Este crescimento acentuado explica-se por uma fecundidade sempre elevada, uma baixa taxa de mortalidade, a diminuição da emigração e o regresso dos migrantes da Costa do Marfim, como consequência de agitações políticas e do declínio socioeconómico.

Onde e por quem serão empregues os 300.000 novos braços jovens que já se apresentam, cada ano, no mercado de trabalho e que serão 520.000 dentro de 15 anos? Para o RuralStruc a urbanização continuará a um ritmo contínuo. Mas a população rural, estimada em 64%, deverá permanecer maioritária até 2030. A economia maliana terá 6,2 milhões de novos trabalhadores a absorver nos próximos 15 anos e o meio rural apenas contará com 3,3 milhões, ou seja um pouco mais de 200.000 por ano, em média.

O sector agrícola continua, pois, a ser determinante para o futuro do país. O crescimento demográfico urbano oferece novos e importantes escoamentos para os produtos agrícolas, assim como a integração regional em curso, que desempenhará um papel na complementaridade das produções. O desenvolvimento de uma economia rural não agrícola, maioritariamente assente nos serviços, criará um outro importante manancial de empregos. Mas o seu desenvolvimento depende do aumento do poder de compra agrícola.

Segundo o RuralStruc, a importância do desafio justifica bem a implementação de novas políticas em prol do mundo rural, actualmente muito desfavorecido. Num contexto de redução da emigração, da baixa de efectivos da função pública e duma fraqueza persistente do tecido industrial, a agricultura permanece a principal fonte de empregos.

© Syfia International

3 | Agir sobre a força de trabalho
Saúde et produtividade

No meio rural, as melhorias na saúde podem ter um impacto importante nas tendências demográficas, bem como na produtividade da mão-de-obra. A educação é outra estratégia chave, em particular para as mulheres e raparigas de modo a que possam ter uma palavra a dizer no futuro das suas famílias.

Como é do conhecimento de qualquer agricultor, a produção de alimentos é um trabalho árduo e, quer se trate do cultivo de plantas, da criação de gado ou do trabalho na silvicultura ou nas pescas, os bons resultados dependerão, de certo modo, da saúde e da resistência física dos envolvidos. Milhões de pessoas nos países ACP não têm acesso aos cuidados de saúde básicos, sendo que a escassez destes serviços se acentua especialmente nas zonas rurais. Mas a extensão dos serviços de saúde às comunidades rurais é uma condição essencial à criação de uma mão-de-obra sólida e à melhoria da segurança alimentar. Doenças como a malária, tuberculose (TB) e, nomeadamente, o VIH/SIDA têm um forte impacto na capacidade para o trabalho, pelo que o absentismo e o fraco desempenho por motivos de doença constituem um problema importante, em especial na África Austral e Oriental. A assistência médica dispendiosa e o tempo de trabalho despendido a cuidar de familiares doentes são mais dois factores de peso que esgotam o rendimento do agregado. Desde 1985, a SIDA matou cerca de 7 milhões de agricultores na África Subsariana. As Caraíbas são a segunda região mais afectada em todo o mundo, com a SIDA a surgir ainda como uma das principais causas de morte na população entre os 25 e os 44 anos.

Uma outra doença para a qual existe prevenção e tratamento, a tuberculose, continua a ceifar 1,3 milhões de vidas por ano, e embora estejam a ser feitos progressos no combate à malária através da utilização de redes tratadas com insecticida e das terapêuticas combinadas à base de artemisinina, é fundamental que haja mais financiamento e uma intervenção directa mais abrangente. Segundo as estimativas da ONU, esta doença poderia deixar de ser uma causa de morte até 2015, se as redes para as camas fossem fornecidas a todas as pessoas que vivem nos países onde a malária é endémica.

Melhores cuidados de saúde no meio rural reflectem-se claramente na produtividade. "Em Macha, dispomos de uma grande clínica de tratamento anti-retroviral (TAR) e muitos daqueles que estão actualmente a receber TAR sentem-se novamente produtivos, ao passo que antes estavam demasiado debilitados para trabalhar", conta o Dr. Phil Thuma, Director Executivo do Hospital da Missão de Macha, na Zâmbia, onde são tratados os doentes portadores de SIDA, TB e malária. Em Hoedspruit, na região de Limpopo, África do Sul, algumas explorações agrícolas criaram instalações que oferecem serviços de saúde aos trabalhadores, incluindo o teste da SIDA e o tratamento com anti-retrovirais, tendo-se assistido a um aumento na produtividade. No âmbito desta mesma iniciativa, as mulheres podem agora usufruir de serviços de planeamento familiar e de saúde materna, e os seus filhos são integrados em programas de vacinação.

Prevenção e diagnóstico

A vacinação contra doenças como rubéola, poliomielite, difteria e tétano pode contribuir substancialmente para a redução da mortalidade infantil. E há provas contundentes de que, quando as taxas de mortalidade diminuem, as mulheres têm menos filhos. Uma nutrição melhorada é de uma importância vital para promover a boa saúde, em especial para as populações rurais cuja robustez é essencial para cultivarem a terra e criarem o gado. Outro aspecto que poderá fazer toda a diferença são as melhores condições de higiene, incluindo o abastecimento de água própria para consumo, de modo a reduzir a incidência de doenças diarreicas, uma das principais causas de morte em crianças com menos de cinco anos.

O diagnóstico é um elemento essencial em qualquer estratégia de prevenção na área da saúde, mas muitos dos países ACP não ▶

Bons sonhos nas ilhas Salomão

A malária não só é um dos principais problemas de saúde pública como também constitui um obstáculo considerável ao desenvolvimento das Ilhas Salomão, acarretando perdas económicas elevadas. Os conflitos étnicos armados, a fraca qualidade dos serviços de saúde e um declínio das despesas públicas afectaram, nos últimos anos, as actividades destinadas ao controlo da malária.

No entanto, a implementação de um programa de mosquiteiros, lançado com a colaboração da entidade dadora, tem vindo a produzir bons resultados. A incidência de casos de malária é geralmente elevada, contando-se anualmente 77 vítimas da doença por cada 1000 habitantes da ilha. As crianças com menos de cinco anos são especialmente vulneráveis, representando mais de um quarto das admissões hospitalares devidas à malária.

No entanto, os números registaram uma descida significativa em 2009, na sequência da distribuição de mais de 15.000 mosquiteiros para camas e da limpeza de 54 núcleos de reprodução de mosquitos. Este programa abrangeu igualmente a organização de palestras sobre saúde pública com destaque para a malária, abordando as formas de prevenção da doença.

O Programa Nacional para a Malária prepara-se agora para distribuir mais 360.000 mosquiteiros. Segundo o Director nacional, Albino Bobogare, espera-se que os mosquiteiros, se usados correctamente, tenham como resultado uma nova descida nas taxas de infecção.

"Uma das armas mais eficazes no combate à malária é a colocação de um simples mosquiteiro na cama", afirma.

possuem este tipo de serviços. Um teste rápido e barato, que está a ser desenvolvido por investigadores nos EUA, traz novas esperanças para a detecção precoce de três doenças negligenciadas. Este teste três-em-um proporcionaria um diagnóstico fiável da doença de Chagas, da leishmaniose e da tripanossomíase africana, a doença do sono, em apenas 1 h e por apenas alguns cêntimos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que, anualmente, cerca de três milhões de pessoas sejam infectadas por uma destas três doenças.

No início deste ano, cientistas oriundos de cinco países da África Oriental criaram um centro de vigilância conjunto dedicado à detecção precoce e ao controlo de doenças infecciosas. O Centro da África Oriental para a Vigilância de Doenças Infecciosas (EACIDS), com membros do Burundi, Quénia, Ruanda, Tanzânia e Uganda, deverá melhorar a detecção e o tratamento transfronteiriços dos surtos de doenças infecciosas, contando com laboratórios melhor equipados. Mas embora as doenças infecciosas continuem a ser a maior ameaça para a saúde na maioria das regiões ACP, a obesidade começa a emergir como uma questão preocupante, especialmente nas Caraíbas e no Pacífico. Esta doença deve-se em larga medida a uma mudança na alimentação e no estilo de vida, incluindo a confiança depositada em produtos importados menos saudáveis e com um elevado teor de gordura e açúcar. No Pacífico, onde nos últimos anos se tem verificado um aumento alarmante nas doenças crónicas devido ao consumo excessivo de alimentos importados, uma iniciativa que visava sensibilizar a população para os benefícios de espécies subaproveitadas, identificou várias culturas importantes e lançou uma campanha destinada a aumentar a sua disponibilidade e a reintroduzi-las na dieta local.

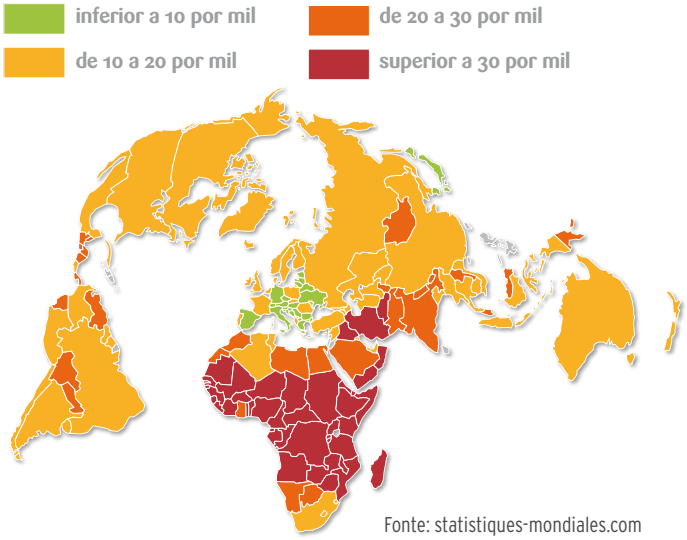
Mais vale prevenir do que remediar, mas os elevados custos envolvidos fazem com que muitas pessoas procurem aconselhamento médico apenas quando já têm um problema grave. As modalidades de seguros de saúde rural que têm vindo a surgir nalguns países ACP estão a ajudar a lidar com esta questão, proporcionando aos clientes o acesso a serviços de saúde para a realização de exames de rotina e tratamentos. Em Sud Kivu, o número de subscritores de seguros praticamente duplicou nos últimos 2 anos. O funcionário da saúde, Isaac Miruho, afirma que um dos efeitos mais notórios foi o aumento do número de mulheres que têm os seus filhos no hospital, o que contribui para a ocorrência de menos complicações, bem como do número de grávidas que vão às consultas de acompanhamento pré-natal, o que aumenta as taxas de sobrevivência materna e infantil. Anualmente, morrem de parto mais de 500.000 mulheres em todo o mundo, na sua maioria no hemisfério Sul. As tecnologias aplicadas ao *E-health* (telemedicina) mostram-se promissoras em vários países ACP, onde as TIC são já utilizadas para incentivar e controlar o uso de medicação junto das populações rurais. Um sistema de registo electrónico veio revolucionar a terapêutica do VIH na região ocidental do Quénia, proporcionando exames e tratamentos a 40.000 doentes.

Famílias menos numerosas

Permitir aos casais limitar o número de filhos e o intervalo de tempo entre partos é um direito consagrado em várias declarações internacionais. Embora as taxas de fecundidade estejam a diminuir nos países em desenvolvimento, em África os níveis permanecem elevados e o recurso aos contraceptivos é ainda limitado. Durante o último quartel do século XX, os apoios estatais à contracepção aumentaram de forma consistente. Mas acredita-se que a procura de serviços de planeamento familiar ultrapasse em muito a oferta, uma situação que se agudizou na sequência da crise financeira. E apesar de, a nível mundial, o uso de contraceptivos ter aumentado de menos de 10% nas mulheres casadas e em idade fértil, na década de 1960, para 62% em 2009, constata-se uma grande variação entre regiões. Em África, somente 28% das mulheres casadas recorrem à contracepção, comparativamente a 71% na América Latina e 67% na Ásia.

Se as mulheres em África foram de uma maneira geral lentas na aceitação do planeamento familiar, isso deve-se em parte a questões religiosas, económicas e culturais. Em muitos países, constituir uma família numerosa ainda tem uma conotação de prestígio social, nomeadamente nas zonas rurais, onde as crianças são vistas como uma importante fonte de mão-de-obra e como um seguro na velhice. Embora as taxas

Taxas de natalidade em 2009



Fonte: statistiques-mondiales.com

Alamy/hemis.fr

[REPORTAGEM]

Niger: com a ajuda dos marabouts

O espaçamento dos nascimentos deixou de ser um assunto tabu no Níger. Os marabouts começam a moderar os seus discursos neste país onde o índice de fertilidade é um dos mais elevados do mundo (7,1 crianças por mulher).

"Os muçulmanos pensavam que, para mim, era um assunto proibido, falar da limitação dos nascimentos. É Deus que alimenta e os nascimentos são obra d'Ele. No entanto, tendo em vista a saúde da mãe e da criança, o Islão não proíbe o espaçamento dos nascimentos", assegura o marabout Mallam Adam. Outrora impensáveis, tais propósitos desenvolvidos cada vez mais pelos marabouts, estão a mudar as mentalidades. Os homens, que no passado eram muito hostis a esta planificação, mostram-se atentos aos seus discursos.

No Níger, país fortemente islamizado, os marabouts são consultados sobre todos os assuntos da sociedade. Eles preconizam o aleitamento materno como o método mais apropriado para espaçar os nascimentos. Mas alguns homens, a maior parte das vezes instruídos, confiam mais nos contraceptivos modernos. "É uma verdadeira revolução. Hoje em dia os homens, mesmo os que não são instruídos, aceitam a contracepção", afirma Hassane Mani, de 52 anos, agricultor, pai de 15 crianças. Rabi Moussa, 36 anos, dona de casa, muito enfraquecida pelas seis maternidades, confidencia-nos: "O meu marido deixou de opor resistência. O espaçamento dos nascimentos já não é um problema no nosso lar. Há 12 anos atrás ele ter-me-ia batido se eu lhe dissesse que tinha ido ao centro de planeamento familiar. Agora é ele mesmo que vai ao centro a co-esposa mais jovem".

Para Nana Hadiza, professora em Maradi – cidade situada a mais de 700 km a leste de Niamey, a capital do Níger – a evolução das mentalidades constatadas em muitos dos maridos é o fruto da sensibilização feita pelos marabouts. "Eles dizem-nos o que é permitido e o que é interdito em matéria de controlo de nascimentos", testemunha Ali Ibra, um polígamo de 35 anos, revendedor em Maradi.

"Aqui, o número de mulheres que nos consultam para a contracepção quase que triplicou nestes 10 últimos anos", constatou Fatchima Zara, de 46 anos, parteira numa maternidade de Niamey. "Umas vêm buscar pílulas. Outras vêm tomar injecções, mas raramente pedem preservativos. Sou parteira há mais de vinte anos e estou convencida de que elas já não o fazem às escondidas dos maridos, que há alguns anos atrás se opunham com tenacidade a tudo isto".

Souleymane Saddi Maâzou

[REPORTAGEM]

Malawi: mais educação, maiores rendimentos

Um grupo de mulheres de Dowa, na região centro do Malawi, tem vindo a obter bons rendimentos e a aprender mais sobre questões como o planeamento familiar e o VIH/SIDA, com a ajuda de uma antiga professora que as organizou num grupo. Chrissie Chinkhuntha sentiu-se inspirada a lançar o projecto *Tikondwe Freedom Gardens* após ter constatado que muitas mulheres entre a população local não tinham quaisquer meios de subsistência. "Todos os anos, estas mulheres dispunham de alimentos apenas para 3 meses. Os seus filhos passavam fome e dificilmente poderiam frequentar a escola. Isto constituía para mim uma grande preocupação", diz-nos esta professora reformada. Actualmente, todas as mulheres que fazem parte do grupo auferem um rendimento da ordem dos 500 € por ano e já adquiriram toda uma série de novos conhecimentos e competências. Entre estes incluem-se a adopção de melhores práticas agrícolas, realizando a compostagem orgânica e cozinhando para o crescente número de visitantes que passa por esta quinta.

A Tikondwe Freedom Gardens produz mais de 20 tipos diferentes de frutas e vegetais, bem como várias ervas aromáticas. "Pode escolher qualquer tipo de prato. Nós iremos confeccioná-lo", afirma Anna, a tesoureira do grupo. "Os turistas querem sempre experimentar aqui os alimentos típicos da região. No final de cada mês, fazemos o cálculo do que arrecadámos e dividimo-lo entre nós."

"No nosso grupo, as mulheres aprendem muitas coisas", diz a Sra. Chinkhuntha, "por exemplo, são difundidas mensagens sobre o planeamento familiar e o VIH/SIDA. Estas informações são vitais para que possamos ter famílias saudáveis e capazes de sobreviver com baixos rendimentos", afirma. Menciona ainda o facto de as mulheres se encontrarem em melhor posição para transmitir este tipo de informação às jovens, sendo que, nesta zona, se verifica um acréscimo preocupante do número de raparigas que abandonam a escola devido a uma gravidez precoce. "Um outro aspecto importante prende-se com os terrenos agrícolas. São cada vez menos, em consequência do aumento da população. Isto é algo que requer a nossa atenção e neste domínio as mulheres são as melhores professoras no seio das suas comunidades."

Todos os membros do grupo se entreajudam, colaborando nos trabalhos de produção agrícola e nas tarefas familiares, o que faz emergir um forte sentido de solidariedade. As mulheres vendem uma parte da colheita para fazer face às despesas domésticas e armazenam o restante para utilizarem ao longo do ano, de modo a que nunca se vejam privadas de uma fonte de alimentação ou de rendimento.

"Nós temos os nossos próprios desafios", comenta Anna. "Precisamos de ter uma cozinha que seja nossa.

Mas o dinheiro que ganhamos vai beneficiar toda a comunidade, ajudando-nos a cuidar de crianças órfãs, bem como de doentes crónicos."

Muyanga Ziba

de natalidade estejam em queda no meio urbano africano devido a estilos de vida diferentes, aí se incluindo um maior acesso aos cuidados de saúde e à educação, mas também devido a um menor espaço físico, a redução do número de filhos afigura-se bastante mais difícil nos meios rurais. Muitas mulheres africanas recorrem em segredo à contracepção, preferindo o uso de injecções cujo efeito dura 3 meses e que são mais dificilmente detectadas pelos seus maridos do que outros métodos.

Na Nigéria, uma estratégia que está a ter algum sucesso é a distribuição de informação sobre saúde e planeamento familiar através dos trabalhadores da própria comunidade. O projecto 'Kyautatawa Iyali' (bem-estar familiar) gerido por uma ONG internacional, o Centro para o Desenvolvimento e Actividades da População (CEDPA) conseguiu obter a aprovação dos líderes religiosos numa comunidade altamente conservadora e de predominância muçulmana do norte da Nigéria. Para as mulheres na Nigéria, o risco de morrer de parto ao longo da vida é de 1 em 18 – situando-se entre as taxas mais elevadas do mundo – em parte devido a gravidezes muito próximas, aos cuidados de saúde inadequados e aos serviços de planeamento familiar insuficientes. Este projecto, que colaborou com os líderes comunitários a fim de incorporar as culturas e tradições locais, tem o apoio da comunidade islâmica que admite que os métodos contraceptivos modernos são desejáveis para fins do espaçamento entre partos e assegurar assim o bem-estar da mãe e da criança, contrariamente à limitação dos nascimentos que não é tolerada pelo Islão.

As campanhas mais bem-sucedidas para o controlo das taxas de natalidade têm sido geralmente aquelas que proporcionam um apoio directo, incluindo a prestação de serviços de planeamento familiar através de entidades estatais, tais como hospitais, clínicas, centros de saúde e serviços de assistência local. Mas as elevadas taxas de natalidade da maioria dos países africanos mostram que irá levar algumas décadas a reduzir a dimensão das famílias para níveis mais fáceis de gerir. Embora o Quénia tenha instituído uma política demográfica nacional com o objectivo de abrandar o crescimento, desde 1963, somente quase 30 anos depois é que se assistiu ao começo de um verdadeiro declínio das taxas de fecundidade (ver pág. 16).

Reduzir a gravidez precoce é uma parte importante de qualquer estratégia para dar resposta ao crescimento da população e para aumentar a produtividade. Os números mostram que adiar a maternidade e deixar passar mais tempo entre partos melhora as perspectivas para as crianças. A gravidez nas jovens entre os 15 e os 19 anos de idade é mais comum na África Subsariana, na América Latina e nas Caraíbas do que no Sul e Sudeste Asiático. Em África, as taxas de gravidez precoce são particularmente elevadas, situando-se nos 118 nascimentos por cada 1000 raparigas.

Estes números reflectem, em parte, a ausência de serviços de planeamento familiar, mas também as insuficiências ao nível da educação. As adolescentes menos instruídas que habitam nas zonas rurais têm maiores probabilidades de engravidar. Alguns países reduziram a prevalência da maternidade precoce, mantendo as jovens a frequentar a escola por mais tempo e alterando as políticas nacionais relativas ao casamento precoce.

No Malawi, onde o planeamento familiar foi proibido durante muitos anos, o Governo está agora a envidar esforços no sentido de reduzir para metade a actual taxa de natalidade média, de 6 para 3 filhos por mulher, e travar o elevado número de gravidezes na adolescência. "A menos que a taxa de fecundidade diminua, a população do Malawi irá disparar dos 13 milhões em 2010 para os 41 milhões em 2040", afirma o Dr. Chisale Mhango, Director do Departamento de Saúde Reprodutiva. "Neste país, engravidam anualmente 35% das adolescentes."

Mais escolarização, menores taxas de natalidade

A relação entre educação e natalidade é inequívoca, pois num contexto de maior escolarização também o estatuto socioeconómico se eleva, verificando-se uma queda subsequente do número de crianças nascidas na família. A escolarização das mulheres jovens, em particular, constitui um requisito indispensável para a abordagem das taxas de natalidade. Foi comprovado que o nível de instrução das jovens resulta numa diminuição das taxas de fecundidade e melhora os cuidados de saúde posteriormente prestados às crianças. As estatísticas mostram que as mães que receberam instrução desejam investir nos seus filhos e portanto também têm menos bebés. Dados recentes, relativos a diversos países menos desenvolvidos (PMD), revelaram que as mulheres que recebem uma educação ao nível, pelo menos, do ensino secundário, têm menos um terço a metade dos filhos do que as mulheres sem instrução. Os investigadores que analisaram as taxas de mortalidade infantil na Etiópia, no Quénia e na Nigéria concluíram que o número de mortes em crianças com menos de cinco anos é muito inferior entre aquelas que nasceram de mulheres com a frequência do ensino secundário, do que entre aquelas cujas mães não tiveram acesso ao ensino ou apenas ao ensino básico. A educação sexual nas escolas obteve igualmente bons resultados no combate aos comportamentos que colocam as jovens em risco de engravidar, de serem infectadas pelo VIH e de contraírem outras doenças sexualmente transmissíveis. As iniciativas de prevenção da SIDA têm maior êxito quando associadas a programas de planeamento familiar.

Mas também os homens precisam de receber instrução sobre o comportamento sexual e as suas implicações. Isto é especialmente importante no caso dos rapazes, cujas atitudes em relação ao sexo, às mulheres e à procriação irão ajudar a formar a futura geração. Embora esta questão seja bastante negligenciada, existem de facto algumas iniciativas em curso. Como complemento ao seu trabalho junto das raparigas, o CEDPA procura chegar também aos rapazes, transmitindo-lhes os conhecimentos que lhes permitirão tornar-se melhores parceiros. Como parte desta iniciativa, a organização dá ainda formação a monitores do sexo masculino no seio de grupos jovens e indígenas, para difundir uma mensagem responsável acerca do planeamento familiar e da saúde reprodutiva.

Para mais informações

Access RH
Coligação para a saúde reprodutiva
www.rhsupplies.org

APHRC
Centro para a População e a Pesquisa de Saúde em África
www.aphrc.org

CEDPA
O Centro para o Desenvolvimento e Actividades da População
www.cedpa.org

EuroNGOs
Fundo Mundial de Luta contra a SIDA, a Tuberculose e a Malária
www.theglobalfund.org (em inglês)
www.theglobalfund.org/fr/?lang=fr (em francês)

IPPF
Federação Internacional para o Planeamento Familiar
www.ippf.org

IUSSP
União Internacional para o Estudo Científico da População
www.iussp.org

• **Sexual and Reproductive Transitions of Adolescents in Developing Countries**, IUSSP Policy & Research Paper n.º 20, 2007
http://tinyurl.com/3375w3b (em inglês)
www.iussp.org/indexfr.php (em francês)

OMS
http://tinyurl.com/2ewmb7a

PAI
Population Action International
www.populationaction.org

4Khealth
Portal de saúde reprodutiva
www.rhgateway.org

Safe Motherhood
www.safemotherhood.org

INVESTIGAÇÕES & INICIATIVAS

ENTREVISTA

Malawi: famílias mais pequenas

Rev Symon Msowoya é Director da Every Home for Christ, uma ONG no Malawi cuja actividade se concentra na educação relativa ao planeamento familiar.

A segurança alimentar, no âmbito doméstico, não poderá ser alcançada sem o planeamento familiar. É fundamental. Agregados familiares de uma dimensão passível de ser gerida são muito importantes para este país, visto que, caso contrário, o problema da escassez de alimentos irá continuar a fazer-se sentir. O custo de vida no Malawi tem vindo a subir a cada ano que passa, pelo que somente as famílias com poucos filhos têm capacidade de sobreviver. Uma família grande implica a necessidade de ter uma horta maior, assim como mais meios de produção. Também são necessários mais recursos monetários para poder vestir as crianças e proporcionar-lhes o ensino escolar.

As populações reconhecem já esta realidade, que se tornou evidente na região sul do Malawi. Em distritos como Chiradzulu e Mulanje, as pessoas têm dificuldade em encontrar um local para as suas plantações. Nalgumas zonas, é raro ver-se uma árvore. E porquê? Devido à elevada taxa populacional. Face à escassez de terras cultiváveis, há muitas situações de disputa conducentes a conflitos. É aí que os nossos quadros intervêm para aconselhar as populações no que respeita ao planeamento familiar. Os alvos visados nesta intervenção são os jovens, assim como os casais ainda em idade fértil.

Os números do Instituto Nacional de Estatística mostram que a população do Malawi está a registar um crescimento muito rápido. As pessoas têm seis filhos em vez de três. Se esta tendência se mantiver, em 2040 atingiremos uma população de 41 milhões de habitantes. Onde é que iremos então buscar recursos para alimentar todas estas pessoas? Já nos dias de hoje, muitos dos jovens que concluem os seus estudos não têm depois um emprego. É difícil encontrar vagas em escolas secundárias e na universidade. Muitas jovens abandonam a escola ainda em tenra idade, na sequência de uma gravidez precoce. Impõe-se que os dirigentes encontrem uma solução duradoura para este problema. Quem é que irá tomar conta destas crianças sem pai, se até os progenitores das jovens mães se debatem com dificuldades para lhes proporcionar o ensino escolar? Os nossos quadros desempenham um papel de extrema importância na difusão destas mensagens. O nosso consolo reside no facto de que agora muitas mulheres já estão a optar por receber as injecções a fim de evitar uma nova gravidez. Isto significa que estamos a fazer progressos.

O maior desafio provém dos jovens. Estes acreditam que o planeamento familiar é uma forma de os desencorajar de ter filhos. Alguns casais pensam que as pílulas e as injecções podem torná-los totalmente estéreis. Alguns consideram mesmo que é uma ideia estranha querer impedi-los de ter filhos, e riem-se de nós quando lhes tentamos ensinar métodos de planeamento familiar. Todavia, nós prosseguiremos com a nossa luta.

Quénia reduz as taxas de natalidade

Face a um cenário de elevadas taxas de fecundidade na África Subsariana, o Quénia é visto como um caso de sucesso no âmbito do planeamento familiar. Em finais da década de 1970 e início da década de 1980, sob a presidência de Daniel Moi, os quenianos foram incentivados a reduzir a dimensão média dos agregados familiares, através de campanhas informativas e do investimento nos serviços de saúde pública. "Devido aos enormes encargos suportados por muitos pais, especialmente aqueles que tinham entre 6 a 10 filhos, a maioria dos quenianos decidiu adoptar métodos de planeamento familiar", diz o Dr. Alfred Otieno do Departamento de Estudos Demográficos da Universidade de Nairobi.

Consequentemente, a taxa de fecundidade total (TFT) diminuiu de 7,8 em 1979 para 6,7 em 1989, tendo alcançado os 4,6 em 2009, segundo dados do Estudo sobre Saúde e Densidade Populacional. Actualmente, cerca de 46% das mulheres casadas recorrem ao uso de meios contraceptivos, em comparação a 39% em 2008. Pelo contrário, nos países vizinhos do Quénia, a Tanzânia e o Uganda, registam-se ainda TFT de 5,3 e 6,7, respectivamente, sendo o uso de contraceptivos bastante inferior.

Nicholas Okeya

J-J Lemasson © IRD

© Syfia International

4 | Agir sobre o desenvolvimento rural

A agricultura, um investimento de futuro

A existência de políticas agrícolas fortes e estruturadas, conduzidas e amplamente financiadas pelos Estados, é essencial para apoiar a transformação da agricultura africana que deverá empregar a população jovem, cada vez mais numerosa, assegurar-lhe rendimentos decentes e alimentar uma população em crescimento.

"Não é uma fatalidade. O capital humano é, sem sombra de dúvida, o mais importante para o desenvolvimento agrícola", afirmou em Fevereiro de 2010, Modibo Sidibé, Primeiro-Ministro maliano, no Fórum de Bamako, espaço de reflexão e de partilha de experiências sobre os grandes temas do momento que afectam o continente africano. E é a modernização da agricultura que permitirá às novas gerações, muito numerosas, dos países africanos, viver decentemente, permanecer em grande número no campo e garantir a segurança alimentar das populações, tanto rurais, como citadinas. O futuro do continente e da sua agricultura estão, pois, intimamente ligados, o que tinha sido votado um pouco ao esquecimento nestas últimas décadas.

Face ao desafio do crescimento demográfico, e à urgência criada pelas mudanças climáticas e pela mundialização do comércio, as sociedades rurais são chamadas a uma transformação profunda, os operadores económicos a investirem na agricultura e os governantes a executarem vigorosas políticas de desenvolvimento agrícola e rural.

Estes últimos devem tomar em consideração o conjunto dos componentes necessários para o rápido desenvolvimento da agricultura e o melhoramento das condições de vida das populações rurais.

Políticas agrícolas vigorosas

Cabe aos Estados e às organizações regionais estimular, coordenar e financiar as mudanças significativas e rápidas, indispensáveis, através da associação das organizações de produtores com a sociedade civil. Todos os estudos são unânimes no postulado que trabalhar com o conjunto dos actores do sector agrícola – Estado, organizações camponesas, sector privado, doadores – é um factor de eficácia. Na África Ocidental, as organizações nacionais de cúpula de produtores passaram a participar activamente na elaboração de políticas agrícolas. Dispõem mesmo de uma plataforma sub-regional, a ROPPA. Também existem organizações nacionais e regionais na África Oriental e Austral, bem como na África Central, sendo a presença nesta última mais ▶

África Ocidental: o dinamismo das organizações camponesas

As associações ou organizações camponesas (OC), os agrupamentos de aldeãos, as organizações profissionais... A vida associativa conheceu uma efervescência inédita na década de 1990 na África Ocidental. Reagrupadas em federações nacionais, estas organizações adquiriram uma legitimidade nacional e internacional. Actuam como forças de apresentação de propostas, de concertação ou de reivindicação sobre as grandes decisões que dizem respeito à política agrícola e ao mundo rural. É o caso do Conselho Nacional de Concertação e de Cooperação Rurais (CNCR) criado no Senegal em 1993, da Coordenação Nacional das Organizações Camponesas (CNOP) no Mali, da Plataforma Camponesa no Níger ou ainda da Associação Nacional de Organizações Profissionais da Costa do Marfim (ANOPACI).

Por exemplo, esta última, criada em 1988, reagrupa a totalidade das fileiras agrícolas costa-marfinenses, desde os caprinicultores até aos produtores de café-cacau, borracha, algodão, frutos, culturas alimentares, etc. Conta com vinte organizações de produtores como membros. Representando a grande maioria dos produtores do país, a ANOPACI tornou-se o interlocutor incontornável do Ministério da Agricultura da Costa do Marfim para a elaboração da lei de orientação agrícola. Em 2009, a UE confiou-lhe a restruturação e a profissionalização das organizações da fileira do algodão. Esta associação beneficia de financiamentos da FAO para redinamizar a plataforma de agricultores, membro da associação. Intervém nas negociações regionais e internacionais: na Comissão de Agricultura e de Meio Ambiente da União Económica Monetária da África Ocidental (UEMOA), no comité regional dos países ACP, nas negociações da OMC.

Ao serviço dos seus membros, a Associação visa aumentar a produção e os rendimentos dos mesmos, em particular através de uma melhor informação sobre os mercados, o que inclui a publicação de um boletim. A UNACOOPEC-CI, uma instituição membro, de microcrédito, conta com mais de 200.000 filiados.

Como as outras OC da sub-região, a ANOPACI é membro da Rede de Organizações Camponesas e de Produtores Agrícolas da África Ocidental (ROPPA), criada em 2000 pelas federações agrícolas de dez países da UEMOA.

▶ incipiente. Para preparar o futuro, os jovens devem encontrar o seu lugar nestas estruturas e aí poderem dar o seu parecer.

Ao nível regional, a ECOWAP, a política agrícola da CEDEAO, é o resultado duma concertação entre os Estados membros e as organizações socioprofissionais. Promove os produtos estratégicos para garantir a segurança alimentar (arroz, milho, mandioca, gado e produtos do mar), a edificação de um ambiente propício a uma evolução dos sistemas de produção e das fileiras agrícolas e o melhoramento da produtividade visando a redução da pobreza dos produtores e dos preços dos produtos alimentares. Estes são alguns dos elementos que se repetem na maioria dos planos de investimento agrícola, cujo financiamento para os 15 países da CEDEAO, foi avaliado, recentemente, em 455 mil milhões de XAF (693,6 milhões de euros) para os próximos cinco anos.

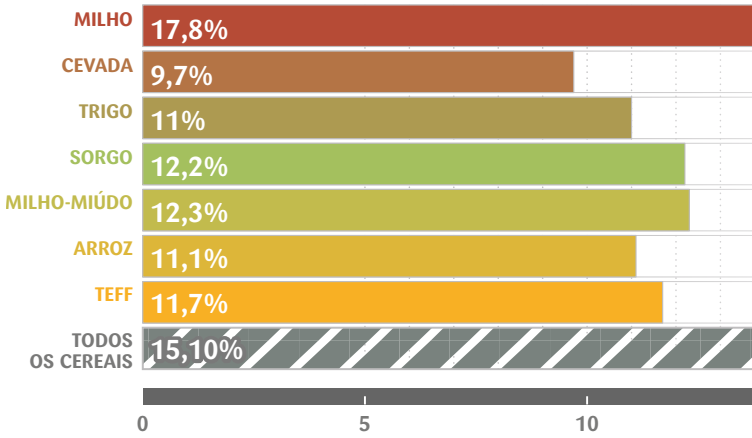
O sector privado implicado

Mas o Estado não é o único sector envolvido: o sector privado é convidado a assumir um papel cada vez mais importante na agricultura. Em África este sector recebe actualmente menos de 3% dos financiamentos privados. No entanto, atrai cada vez mais os operadores económicos, e mesmo os funcionários, que vêem aí a possibilidade de investimentos rentáveis. É para incitar as empresas a elaborarem projectos e apoiarem as cooperativas agrícolas e as pequenas empresas nos seus esforços de modernização que o Fundo para a Agricultura Africana aumentou e receberá, no próximo mês, 240 milhões de euros de empréstimos dos bancos de desenvolvimento regional do continente, organizações internacionais e fundações. A segurança alimentar encontra-se no âmago deste dispositivo. Um lugar de destaque é reservado ao agro-negócio para aumentar rapidamente a produção alimentar, particularmente de cereais. Mas sobretudo as parcerias entre o agro-negócio e as explorações agrícolas familiares podem ajudar os pequenos produtores a disporem de meios de produção, a modernizarem-se e a acederem aos mercados.

A manutenção da agricultura familiar, que emprega uma mão-de-obra significativa, continua, contudo, a ser essencial para limitar o êxodo rural e intensificar a produção. Para tal, os pequenos agricultores devem passar duma agricultura prioritariamente dirigida para o autoconsumo de subsistência para uma agricultura profissional, ▶

© Terre Nourricière

Perdas pós-colheita na África Oriental e Austral
(estimativas em % da produção anual em 2007)



Fonte: PHL Network

África do Sul: a longa espera por terras

[REPORTAGEM]

Durante 10 anos, Nontobeko Semango de Ermelo, em Mpumalanga, teve o seu nome na lista de espera para a reintegração no âmbito da reforma agrária da África do Sul. Tal como muitas outras mulheres que assumem o papel de chefes de família e que, a muito custo, vão conseguindo prover à sua subsistência, ela está ciente de que são diminutas as probabilidades de receber a terra prometida brevemente. O ritmo lento a que decorre o programa de reforma agrária da África do Sul tem-se revelado particularmente difícil para as mulheres. "As leis consuetudinárias ainda nos impedem de obter direitos fundiários", afirma Semango.

Esta viúva, mãe de cinco filhos, viveu na própria pele a experiência da discriminação. "A certa altura, o chefe quase que se apropriou das minhas terras para as entregar ao irmão do meu falecido marido, dado que o nosso direito consuetudinário não permite que as mulheres sejam proprietárias de terras", relembra Semango, cujo marido faleceu há 7 anos. Cultiva milho e fruta no seu lote de 3 hectares, onde possui uma mistura de algumas árvores como mangueiras, bananeiras e abacateiros, e cujos frutos vende depois num mercado local para poder pagar a escola dos filhos. Em termos de agricultura de subsistência, a sua parcela de terreno é de uma dimensão razoável mas não serve para fins comerciais. Até mesmo porque a parcela de Semango está situada nos antigos "bantustões", terras não produtivas onde os negros foram deliberadamente colocados durante o regime do Apartheid. A sua rentabilidade é muito baixa devido à sobreutilização da parcela, que agora requer uma elevada quantidade de meios de produção de modo a manter produtivo um solo já desgastado. "Estas terras são demasiado pequenas para mim", comenta.

Travada por um financiamento insuficiente, pela fraca capacidade institucional e pela baixa prioridade política atribuída à reforma agrária, a redistribuição de 96% da terra arável, que continua na posse de agricultores brancos, é ainda uma hipótese remota. A Comissão de Reivindicação de Direitos sobre Terras na África do Sul continua a desviar-se da meta que se propôs atingir no seu mandato e que seria a de, até 2014, transferir 30% das terras destinadas à exploração agrícola comercial para as mãos de beneficiários negros.

"Parece que não existe uma luz ao fundo do túnel, em especial quando sabemos que o Governo anunciou recentemente que não iria conseguir cumprir o seu objectivo em matéria de reforma agrária", disse Semango.

Segundo afirma Sizane Ngubane, a directora do Movimento Rural das Mulheres, a falta de determinação por parte da classe política em resolver as questões inerentes às mulheres pobres e sem terras, nas zonas rurais, é actualmente um dos principais problemas deste país. "A real conquista de poder económico por parte das mulheres terá de começar pela abordagem das questões relacionadas com o seu acesso às terras", afirma Ngubane. "As terras constituem um bem que é essencial para que ocorra um desenvolvimento, e os produtos de que nos alimentamos para viver são gerados no solo."

Fidelis Zvomuya

Transacção das terras: prudência

Após a crise alimentar de 2007, assiste-se a uma multiplicação das aquisições de terra nos países em desenvolvimento. Países muito dependentes das importações para alimentar as suas populações, como os países do Golfo, a China ou a Coreia do Sul, procuram assegurar os seus aprovisionamentos. Ao mesmo tempo, a perspectiva de uma elevada subida das necessidades alimentares, conjugada com a voga dos biocarburantes, faz da terra um objecto de investimento muito rentável a longo prazo. Desde 2004, 30 milhões de terras agrícolas, pelo menos, foram cedidas a investidores estrangeiros em África, das quais 12 milhões nos últimos três anos. Moçambique, a República Democrática do Congo e o Zimbabué encabeçam esta lista.

Arrendadas por períodos de tempo muito longos ou, menos frequentemente, vendidas, estas terras exploradas por companhias estrangeiras são dedicadas a culturas alimentares de exportação ou não: 300.000 ha de arroz cultivados pelos indianos na Etiópia, 100.000 ha de arroz pelos líbios no Mali, 635 milhões de euros investidos pela Malásia no sector do óleo de palma na Libéria.

Algumas pessoas consideram que a chegada destas companhias, que oferecem empregos, melhoram as infra-estruturas, modernizam os métodos de cultura e melhoram a produtividade, beneficiando de escoamentos garantidos, é benéfica para os agricultores locais. Para outras, esta apropriação das terras faz-se em detrimento das populações que perdem os seus campos sem respeito pelos direitos fundiários locais.

Para além disso, os contratos assinados entre os Estados e as companhias muitas das vezes são pouco transparentes e acarretam grandes remunerações. Na Etiópia, por exemplo, o hectare é alugado a 3 €/ano. E, por outro lado, os investidores nem sempre têm a obrigação de empregar a mão-de-obra local, a um custo decente.

O Banco Mundial, se bem que a favor destes investimentos, acaba de admitir que estes projectos nem sempre beneficiam as comunidades locais, que nem sequer são consultadas, nem associadas às negociações, sendo regularmente expulsas das terras que são indispensáveis à sua sobrevivência.

• **"Accaparement des terres" ou opportunité de développement**
http://tinyurl.com/22u6k9tb (em francês)
http://tinyurl.com/ndfrpe (em inglês)

© Syfia International

▶ mais intensiva, orientada para o mercado. Os chefes da exploração são chamados a tornar-se empresários agrícolas, recebem formação e informações. São numerosas as condições a reunir para que os jovens, os futuros agricultores, possam evoluir neste sentido.

Terras: assegurar e irrigar

O aumento da pressão sobre as terras, ligado ao acréscimo demográfico, faz com que as políticas fundiárias sejam particularmente urgentes. Trata-se de apoiar um acesso equitativo à terra, factor de paz e de desenvolvimento. Na verdade, a segurança jurídica em relação aos direitos sobre a terra é um requisito indispensável à intensificação, na medida em que favorece os investimentos dos pequenos agricultores e das empresas numa melhor gestão dos seus bens e recursos naturais.

Desenvolvem-se novas formas de posse da terra, formalizadas – arrendamento, contratos de arrendamento a longo prazo – que tomam em conta, simultaneamente, os direitos consuetudinários, as práticas locais, as necessidades, o modo de exploração e as capacidades dos agricultores. Alguns países empreendem também esforços no sentido de melhorar os direitos das mulheres, frequentemente à frente das explorações, e dos jovens, que dificilmente têm acesso à terra.

São muitos os países que se encontram empenhados numa reforma fundiária. No Benim, o *Livre blanc de politique foncière*, aprovado em Outubro de 2009, facilita a obtenção rápida de títulos fundiários (projecto *Millénium challenge*). No Ruanda, a reforma da Lei da Família permite às mulheres herdarem a terra. Aa venda ou o arrendamento a longo prazo de terra a investidores estrangeiros, cada vez mais célere, também necessita de regulamentos claros para assegurar a transparência das transacções e a indemnização dos agricultores, que se vêem privados das suas terras (ver caixa).

Um outro factor de aumento da produção, considerado como prioritário, é a irrigação. Estão previstos investimentos muito relevantes para se construírem mais de 130 barragens na África Subsariana. Segundo um estudo do Banco Mundial, cerca de 23 milhões de terras, situadas a menos de cinco horas de camião de uma cidade importante, podem ser irrigadas por sistemas de pequena escala, de concepção simples, cuja gestão e manutenção seja barata para os agricultores. Uma outra vantagem das culturas irrigadas é o facto de elas exigirem uma abundante mão-de-obra, sendo também uma fonte de empregos para as populações rurais.

Meios de produção para todos

Os meios de produção, muitas vezes negligenciados nestas últimas décadas, são as pedras angulares das transformações aguardadas nas explorações familiares. Nos dias de hoje, a utilização de fertilizantes químicos é considerada a prioridade com vista a um aumento rápido dos rendimentos. Esta a razão pela qual são cada vez mais os países – Benim, Burundi, Malawi, Mali, etc. – que as subsidiam em grande parte, com resultados por vezes espectaculares. No Mali, os rendimentos do arroz passaram de 1,5 para 2,4 t em média, de 2008 a 2009, graças aos fertilizantes. A ECOWAP inseriu dentro dos seus objectivos a concessão de subsídios aos camponeses, para estimular a produção da mandioca, do milho e do arroz. Mas a longo prazo seria a intensificação ecológica (ver a entrevista pág 12) que ajudaria a estabelecer, de forma sustentável, a fertilidade dos solos.

As sementes melhoradas e, segundo alguns, os OGM, que produzem mais e são menos sensíveis às doenças ou à seca, constituem um outro grande factor de aumento da produção. Segundo o ICRISAT, as variedades híbridas de sorgo, milho-miúdo e de feijão boer ou guandu têm ▶

▶ um rendimento 25% superior ao das variedades tradicionais. Para que estas estejam à disposição dos produtores, é necessário criar fileiras de sementes, associando serviços estatais e produtores de sementes.

Para ser eficaz, a distribuição destes insumos e de material agrícola não pode depender apenas das entidades estatais. São os privados que devem garanti-la, é a opinião actual; com ajuda, para que até mesmo as zonas menos rentáveis possam ser bem cobertas. No entanto, devem ser tomadas paralelamente medidas em prol do microcrédito para permitir aos agricultores aprovisionarem-se e aos jovens instalarem-se.

Agricultura de subsistência: um viveiro de empregos

Actualmente muitas das grandes culturas industriais de exportação são, na sua maioria, detidas por grandes grupos internacionais. Para serem mais competitivos, estes grupos investiram massivamente na mecanização da produção. As necessidades de mão-de-obra ficaram, assim, reduzidas. É este o caso nas plantações de ananás, bananas, palmeiras de óleo, cana-de-açúcar, chá ou mesmo de hévea. Mesmo as culturas de exportação geridas por pequenos agricultores no quadro duma agricultura familiar, como sejam o café, o cacau e o algodão, têm necessidades bastante reduzidas de mão-de-obra fora dos períodos de colheita, em que se faz apelo a trabalhadores sazonais, muitas vezes, emigrantes. É o caso das plantações de cacau na Costa do Marfim.

Em contrapartida, a agricultura de subsistência continua muito pouco mecanizada, o que coloca o problema da competitividade dos seus produtos face aos produtos importados. Mas, precisamente por este facto, a agricultura de subsistência é uma grande fornecedora de empregos para a população rural, na sua grande maioria mulheres. A manutenção de uma agricultura de subsistência dinâmica, capaz de alimentar as cidades constitui, portanto, uma das grandes apostas em termos de manutenção de empregos nas zonas rurais e de desaceleração das migrações dos campos para a cidade, que escalaram nestas últimas décadas.

O desenvolvimento de indústrias de transformação de produtos alimentares constitui uma outra fonte importante de criação de empregos. Esta constatação leva alguns economistas a exigirem o restabelecimento dos direitos alfandegários sobre os produtos alimentares importados. "A entrada não controlada em África de produtos agro-alimentares provenientes do ocidente, destruindo as produções locais, agrava os problemas já preocupantes de desemprego, êxodo rural e do crescimento dos bairros de lata", estima Daniel Moukoko-Maboulou, especialista em socioeconomia. Por todas estas razões, o apoio à agricultura familiar é encarado por muitos como uma prioridade no combate à pobreza.

Procurar, divulgar, formar

Com um papel de especial relevância no que respeita a promover a inovação e a motivar os jovens para permanecerem na sua terra, os serviços nacionais de extensão agrícola desapareceram em grande medida. São as organizações camponesas e as ONG que garantem serviços, muitas das vezes pontuais. Os serviços nacionais, bem como os de investigação agrícola, devem ser repensados para responder às necessidades expressas pelos produtores.

Em Moçambique, por exemplo, o Programa Nacional de Extensão Agrária (PRONEA 2008-2015) testa uma nova abordagem cujo objectivo visa o trabalho conjunto entre as associações de agricultores, particularmente de mulheres e os actores do mercado, visando uma aprendizagem interactiva. Conta com assessores privados ou públicos para os ajudar e aconselhar.

Se os meios financeiros e técnicos para produzir em boas condições apoiam a adopção de novos métodos de cultivo e incentivam os jovens a permanecerem nas suas explorações agrícolas, os jovens também têm ▶

© Terre Nourricière

Quénia: inverter a tendência

[REPORTAGEM]

Charles Kimani é uma figura invulgar numa comunidade de onde muitos partem para a capital do Quénia em busca de emprego. Charles abdicou das suas funções de director de recursos humanos em Nairobi e escolheu viver na aldeia rural de Kikuyu como agricultor biológico. A mudança foi tão bem-sucedida que Kimani chefia agora um grupo, pequeno mas especializado, de antigos citadinos que chegaram à conclusão que trabalhar na agricultura para ganhar a sua vida é de longe a melhor opção.

Nairobi
© A Hart-Davis

"Durante 20 anos, trabalhei para empresas que sempre se vangloriaram dos lucros realizados, enquanto eu recebia muito pouco", conta este agricultor de 49 anos, com quatro filhos.

Kimani teve o seu primeiro contacto com a agricultura biológica em 2002, num pequeno lote de terreno situado na sua aldeia natal, mas só 4 anos mais tarde viria a demitir-se do seu cargo de executivo na área dos RH. "Em 2006, percebi que era viável ser um trabalhador por conta própria no meu terreno de 2 acres (0,8 ha), e ao mesmo tempo oferecer emprego a terceiros", diz-nos.

Aderiu à Rede de Agricultura Biológica do Quénia (KOAN), onde lhe foi ministrada formação em culturas hortícolas biológicas certificadas para exportação. Motivado pelo seu sucesso, Kimani criou o Grupo de Auto-Ajuda de Agricultores Biológicos de Wangige. No início, o grupo contava apenas com oito membros, mas desde então este número aumentou para 22. Tal como o homem que preside ao grupo, quase todos os seus restantes elementos abandonaram os respectivos empregos na cidade para se dedicarem à agricultura biológica.

Na sua exploração agrícola, Kimani tem já 120 abacateiros, bem como bananeiras provenientes da cultura de tecidos, 12 vacas leiteiras, 24 colmeias e pequenas quantidades de culturas hortícolas de elevado valor tais como pepinos, feijões, brócolos e cenouras. Cultiva também o chamado capim-elefante para os seus animais numa outra parcela de terreno arrendada para esse efeito. Através da KOAN, vende os seus produtos para mercados no Reino Unido.

"Com os meus 2 acres (0,8 ha), ganho uma média de 210.000 KES (2100 €) por mês, o que representa mais de 10 vezes o salário que recebia pelo meu emprego na cidade. Com este rendimento, posso pagar a cinco trabalhadores temporários que me ajudam na agricultura e no projecto de produção leiteira" afirma Kimani. E confessa que hoje lamenta o tempo que 'perdeu' durante todos aqueles anos em que trabalhou na cidade. "Mal eu sabia que poderia tirar partido das minhas competências de gestão na minha própria exploração agrícola e ainda receber mais dinheiro do que aquele que era antes o meu salário", acrescenta.

Isaiah Esipisu

[REPORTAGEM]

RD Congo : uma estrada, três vezes mais campos

Os trabalhos de beneficiação da estrada que liga Kisangani a Ubundu (125 km), na margem esquerda do rio Congo, na zona nordeste do país, começaram em 2009. Menos de um ano depois, novas casas e até mesmo aldeias completas instalaram-se ao lado deste eixo vital.

A degradação do pavimento, que o tornara inutilizável para os veículos, tinha compelido as populações ribeirinhas a irem habitar ao longo da linha de caminho-de-ferro, onde há um comboio que passa de tempos a tempos ou simplesmente a ficar no interior. Hoje em dia, os camiões andam facilmente a 80 km/h nesta estrada bem compactada. A cada 10 km, avista-se uma nova aldeia, recentemente criada ou revitalizada, como é o caso de Lusa II onde se instalaram pessoas que regressaram de Bagwasi, a cerca de 60 km, em plena floresta.

Os viajantes, que anteriormente enfrentavam os terrenos pantanosos a pé, de bicicleta, mota ou veículo para transportar algumas mercadorias, não tinham nada para se alimentar durante a viagem. Sem possibilidades de escoamento, os camponeses cultivavam apenas pequenas parcelas. Com o regresso dos camiões, a sua produção conheceu um acentuado aumento. "Os nossos campos tinham uma centena de metros quadrados mas agora vamos até os 300 m²", declara um agricultor. "Graças à retomada dos movimentos da população e à intensidade do tráfico, vendemos uma caneca de arroz quase pelo dobro do preço", relata Aradjabu Kabali.

A maior parte das regiões desta província oriental encontram-se isoladas, desde há anos, por falta de estradas operacionais. No entanto, há 50 anos, bem servida pela estrada, pela linha férrea e por via fluvial, esta região era o celeiro do Congo.

Francine Matope

© Syfia International

necessidade de uma formação sólida para serem capazes de enfrentar todos os desafios com que se deparam. Ora, a formação profissional na área da agricultura é muito insuficiente em numerosos países. São facultadas apenas acções pontuais de formação, no quadro de projectos ou das ONG. Para além dos conhecimentos técnicos, os jovens têm necessidade de aprender a gerir as suas explorações, a prever o seu desenvolvimento, a analisar os mercados, etc. Há projectos que trabalham neste sentido como, por exemplo, o RENCAR - Reforço das Capacidades Rurais no Chade ou a Estratégia de Educação e de Formação para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, na África do Sul.

A educação informal, que incita os jovens a empreender e a trabalhar activamente para o desenvolvimento da sua região, também favorece a sua integração na vida económica e social e permite-lhes vencer algumas tradições hostis à inovação.

Produzir e transformar para vender

Uma redução acentuada das perdas pós-colheita seria o equivalente a um aumento da produção. A par com as infra-estruturas de armazenamento, o desenvolvimento de unidades de processamento contribui para a conservação e a valorização dos produtos. Actualmente, as operações da indústria transformadora são asseguradas principalmente por mulheres; vários são os países nos quais são raras as empresas existentes. No Ruanda, sob a égide do Governo, foram criadas ao longo dos últimos anos diversas unidades de processamento de leite, fruta, mandioca, feijão, etc., as quais permitiram satisfazer as necessidades do consumo local e da exportação, bem como gerar emprego e meios de subsistência para muitos habitantes rurais.

Produzir mais, sobretudo para venda, é a principal convicção das políticas agrícolas actuais. Também neste caso a intervenção estatal activa desempenha um papel primordial. Em primeiro lugar, para melhorar os transportes no meio rural, e, deste modo, facilitar o acesso físico aos mercados ou fazer baixar o custo dos transportes. Os benefícios destes investimentos são muito importantes económica e socialmente, tanto para os agricultores, como para a população citadina. A construção de estradas entre os países também favorece as trocas entre as regiões produtoras. A estrada que liga os Camarões à Nigéria, cujas obras arrancaram em Junho de 2010, porá em contacto os países da CEMAC e da CEDEAO.

A estruturação dos mercados locais, nacionais e regionais, é crucial para que os produtores tirem partido dos esforços que lhes são pedidos. É ao nível sub-regional que se encontram os mercados mais interessantes e mais promissores. O Estado tem um papel a desempenhar quanto à sua organização. Por exemplo, a redução ou a eliminação das barreiras alfandegárias entre os países de uma mesma entidade regional como a UEMOA, e mais recentemente a CEA, contribui para dinamizar estes mercados. É preciso igualmente zelar para que os obstáculos e as cobranças, legais ou não, nas estradas não desmotivem os transportadores e acabem por se traduzir num agravamento dos preços...

Para poder informar sobre os preços e as oportunidades de venda os pequenos agricultores, que asseguram o essencial da produção

Fabricar os fertilizantes localmente

Em 2006, os Estados africanos reunidos em Abuja fixaram como objectivo multiplicar por dez, até 2015, a quantidade de fertilizantes utilizados pelos agricultores. Para que eles possam comprar estes insumos, vendidos neste continente por duas a quatro vezes o seu preço no mercado mundial, os subsídios estatais, de 25% a 30%, são cada vez mais frequentes. Mas o custo dos fertilizantes permanece muito dependente das cotações mundiais das matérias-primas, que são importadas, e as ajudas prestadas aos agricultores podem tornar-se muito pesadas para os Estados. No Malawi, país pioneiro nas subvenções aos produtores, este custo duplicou entre 2008 e 2009, devido à subida de preço dos fosfatos.

A produção de fertilizantes actualmente é muito insuficiente e os investidores estão pouco interessados neste mercado, ainda muito exíguo. Face à procura crescente, os países produtores de fosfato, como sejam o Togo e o Senegal, mobilizam-se para reabilitar as suas empresas de extracção e as suas fábricas, cuja produção tinha baixado drasticamente. A Sociedade Nacional de Fosfatos do Togo (SNPT) e as Indústrias Químicas do Senegal (ICS), recuperadas por um consórcio indiano, estão, de novo, de vento em popa. Em outros lugares, até mesmo as fábricas locais de formulação dependem inteiramente das importações.

Para apoiar a criação de fábricas de fertilizantes, a sua distribuição e uma ampla informação dos produtores sobre a utilidade deste insumo, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) lançou o Mecanismo de Financiamento de Fertilizantes em África (AFFM), que será dotado de um pacote, a prazo, de 10 milhões de dólares.

O objectivo destas evoluções recentes é fazer com que as populações rurais possam aumentar consideravelmente os seus rendimentos, o que lhes permitirá, com o tempo, comprar os fertilizantes sem terem necessidade de subsídios. Os primeiros resultados obtidos, graças às políticas de ajuda aos pequenos agricultores, são significativos: a produção de milho-miúdo e de sorgo aumentou de 43% a 120%, no Burquina Faso, no Mali e no Níger, países onde os camponeses, muito a custo, utilizavam um terço das doses de fertilizantes recomendadas e os produtores de milho do Benim viram a sua produção duplicar em 2009, graças a estes insumos.

▶ e não só os grandes operadores, os Sistemas de Informação dos Mercados (SIM) dos produtos agrícolas devem ser muito eficazes e de fácil acesso. A telefonia móvel, a rádio e os telecentros rurais são dispositivos cada vez mais utilizados para difundir informação sobre os preços. Nesta conformidade, a Sociedade Nacional de Gestão de Stocks de Segurança (SONAGESS) do Burkina Faso, o Observatório do Mercado Agrícola (OMA) do Mali, e o Comissariado para a Segurança Alimentar (CSA) do Senegal formaram agentes de inquérito que transmitem regularmente os preços dos cereais, o que permite informar os operadores económicos e zelar pela segurança alimentar do país ou da região.

Para fixar a população jovem rural no campo ou no mínimo diminuir a sua partida, não basta ajudá-los a produzir e a vender. Os jovens também têm necessidade de comércio, de serviços, de divertimentos. Até ao presente, o essencial dos investimentos foi efectuado nas capitais, em detrimento das cidades secundárias e das grandes povoações.

Viver melhor

A intervenção dos poderes públicos a fim de garantir melhores condições de vida, melhorar o bem-estar e a oferta de serviços administrativos, de saúde e educação é primordial. Assim como as actividades que favorecem a criação de empregos não-agrícolas e de riquezas que reduzem o êxodo rural. A descentralização em curso em muitos países deverá contribuir para tal, caso os poderes locais possuam os meios necessários. O papel das autoridades locais já se encontra consideravelmente reforçado, por exemplo na Namíbia, no Uganda e no Ruanda. As autoridades locais são cada mais vez mais frequentemente responsáveis pelos serviços sociais, pelo abastecimento de água, pelo microcrédito...

A gestão territorial impõe-se igualmente à escala local, para a preservação sustentável e a valorização dos recursos naturais – florestas, água, paisagens – bens comuns a todos os habitantes.

A mobilização dos poderes públicos e do conjunto de actores será determinante para que a agricultura se empenhe na via da intensificação e da produtividade, para o que é necessário um maior poder das gerações de jovens, sempre mais numerosos e maioritariamente rurais. É a eles que caberá a segurança alimentar nas décadas futuras. É necessário dar-lhes os meios para a poderem realizar. ■

© Syfia International

Uganda: agricultores on-line

[REPORTAGEM]

"Na última campanha, vendi o quilo de milho a 450 UGX (0,16 €). Na campanha anterior, tinha ganho apenas 250 UGX (0,09 €) por quilo", diz Sam Lumonya. Sam é um dos 3824 produtores agrícolas que beneficia de um telecentro denominado Busia District Farmers Association (BDFA – Associação dos Agricultores do Distrito de Busia) no Leste do Uganda. Este telecentro oferece formação na área das TIC e ajuda os agricultores a terem acesso a informação sobre marketing. "Ensinaram-me a utilizar a Internet para aceder à informação a partir daqui e, assim, quando consegui encontrar bons preços em Kampala, mobilizei agricultores de três províncias e vendemos o nosso milho a granel", conta Lumonya. O telecentro foi inaugurado em 2008, sendo que a Comissão de Comunicações do Uganda entrou com 80% do capital inicial e os agricultores contribuíram com os restantes 20%. "Desde então, nunca mais olhámos para trás. Se alguém me diz que há um comprador no Quénia, eu peço-lhe logo o endereço de e-mail ou o número de telefone para contacto. Todas as negociações são feitas a partir daqui", diz Ogama Mourice Juma, o Coordenador do BDFA.

O telecentro encontra-se alojado em edifício próprio e está equipado com um televisor, um gravador de vídeo e leitor de DVD, sete computadores com ligação à Internet, uma impressora, telefone, fax, fotocopiadora e um gerador eléctrico de emergência. Os utilizadores pagam uma pequena taxa. É ministrada formação com o intuito de ajudar os agricultores a utilizarem as ferramentas de TIC existentes e a adoptarem uma postura comercial. Alguns agricultores utilizaram o telecentro para identificar bons mercados nas proximidades de Nairobi, onde instalaram já as suas bancas com carácter permanente. "Em 1998, eu era apenas um pequeno agricultor, mas o BDFA fez de mim um grande agricultor num período de menos de dois anos. Actualmente, tenho 24 acres de milho, sorgo e mandioca", diz Lumonya. "Melhoraram a minha capacidade de produzir mais devido à garantia de mercado. Construí uma casa e proporcionei educação aos meus filhos, dois dos quais estão na universidade."

Graças a um Memorando de Acordo assinado pelo BDFA e pela empresa de software de marketing, FIT-Uganda, em Março de 2010, Juma espera que os agricultores tenham ainda mais sucesso na venda dos seus produtos. "Aos agricultores que sabem como utilizar a Internet, basta-lhes entrar e servir-se dos meios colocados à sua disposição, mas há também aqueles que ainda não se encontram aptos a fazê-lo. É aqui que a FIT-Uganda intervém", conta-nos Juma. A FIT-Uganda irá fornecer ao telecentro o software que permite efectuar a análise dos dados de mercado. Os dados referentes ao distrito de Busia irão ser integrados na informação de mercado relativa ao restante território nacional e, subsequentemente, serão partilhados com os agricultores através da imprensa e via telemóvel, sendo também exibidos no próprio telecentro.

Angella Nabwowe

© A. Nabwowe

Para mais informações

Agrimonde

- **Agricultures et alimentation du monde en 2050**
  Note de synthèse Agrimonde
  INRA, CIRAD (2009)
  http://tinyurl.com/33cdk9w

CNUCED /UNCTAD

- **Technology and innovation report 2010. Enhancing food security in Africa through science, technology and innovation**
  (apenas em inglês)
  http://tinyurl.com/3yy8j6z

CTA

19º briefing de Bruxelas sobre *La jeunesse et le développement rural dans les pays ACP* (Julho de 2010)
http://tinyurl.com/244hz3c (em francês)
http://tinyurl.com/32yfke (em inglês)
9º briefing de Bruxelas sobre *L'accès à la terre et le développement rural: nouveaux enjeux, nouvelles opportunités* (Fevereiro de 2009)
http://tinyurl.com/37up4uv (em francês)
http://tinyurl.com/347bnzg (em inglês)

ECOWAP

Reunião de negócios sobre "Le financement des plans d'investissements agricoles" – Dakar 14 a 17 de Junho de 2010
http://tinyurl.com/2vwhnvk

FAO

- **Vers un marché commun africain pour les produits agricoles**
  2008
  http://tinyurl.com/2u5yovv (em francês)
  http://tinyurl.com/33r7jyw (em inglês)

Forum de Bamako

L'Afrique 50 ans après : le défi alimentaire, la faim sur le continent
Bamako, 16 a 20 de Fevereiro de 2010
www.forum-bamako.org

IFPRI

- **Millions Fed: Proven Successes in Agricultural Development**
  IFPRI, 2009, 179 p.
  Pode ser transferido gratuitamente de:
  http://tinyurl.com/367dgd8

União africana

- **Diagnostics des infrastructures nationales en Afrique. Les routes en Afrique subsaharienne**
  (2008)
  http://tinyurl.com/2wwleym (em francês)
  http://tinyurl.com/2vgg9vj (em inglês)

INVESTIGAÇÕES & INICIATIVAS

A "Revolução Verde" no Ruanda

Com 400 habitantes/km2, o Ruanda não tem outra opção a não ser intensificar a sua agricultura para que os seus agricultores, que não possuem, em média, mais de meio hectare por família, possam viver. Em 2007, o Governo lançou uma verdadeira "Revolução verde", vigorosa e rigorosamente posta em prática. Cada província deverá produzir apenas as culturas melhor adaptadas à região: café, arroz, milho, banana e ananás, na província de Leste; mandioca, trigo, e café no Sul; chá, café e batatas a Oeste; batatas, píretro, trigo e maracujá no Norte.

Esta repartição fez-se acompanhar por mudanças quanto às práticas culturais. As colinas cobrem-se de terraços ditos "radicais" para limitar a erosão e restaurar a fertilidade das terras. Os agricultores devem juntar as suas pequenas parcelas para cultivarem, conjuntamente, campos de muito maiores dimensões. A operação "*Uma vaca por família*", associada à obrigação de construir uma fossa de compostagem, permite enriquecer os solos que até agora só recebiam, em média, 4 kg de adubos por hectare. Para aumentar a superfície das terras cultivadas, os pântanos são drenados para aí se cultivar o arroz. São concedidos créditos aos camponeses para a compra de adubos e de sementes seleccionadas. Foram criadas cooperativas para centralizar as colheitas e facilitar a venda.

O objectivo é produzir essencialmente para venda, no mercado nacional, regional ou internacional. Pequenas fábricas de transformação despontam no país, um pouco por todo o lado, com o objectivo de valorizar a produção. Os agricultores que aí trabalham complementam assim os seus rendimentos.

A produção de milho triplicou na região oriental do país; no Sul, a mandioca exporta-se já para o Congo. Os rendimentos dos agricultores que aplicaram as medidas preconizadas, por vezes coagidos pelas autoridades locais, aumentaram rapidamente. Os esforços pedidos aos camponeses foram pesados, por vezes até mesmo dolorosos, mas estes primeiros resultados foram muito encorajadores.

© Syfia International

A tecnologia pode ajudar África

Lindiwe Majele Sibanda, do Zimbabué, é Directora-Geral Executiva e Chefe de Missão na Rede para a Análise de Políticas Alimentares, Agrícolas e de Recursos Naturais (FANRPAN).

De que modo a tecnologia influencia o desenvolvimento agrícola?

A inovação tecnológica continua a afigurar-se como a solução ideal para impulsionar a produtividade agrícola e conduzir África à segurança alimentar. Os pequenos agricultores africanos podem realizar a Revolução Verde se estiverem munidos de meios tecnológicos, como seja através de irrigação, sementes de melhor qualidade, utilização acrescida de fertilizantes químicos e menos perdas após a colheita. África depende excessivamente da agricultura pluvial, com apenas 4% da terra arável sob irrigação. Nalguns países, a utilização de variedades de sementes de elevado rendimento não ultrapassa os 5%, enquanto as perdas após a colheita podem atingir os 40%!

Infelizmente, em todo o continente africano, os factores de produção tais como as sementes de qualidade, os fertilizantes e os pesticidas são dispendiosos e dificilmente acessíveis devido às barreiras ao comércio e do próprio mercado. Há a necessidade urgente de uma reforma política e institucional que garanta que os pequenos agricultores africanos possam usufruir de um acesso permanente ao conhecimento e aos meios de produção de qualidade, a preços justos e no momento certo.

Quais seriam o meios necessários para se alcançar isso?

Fazer de África um continente seguro do ponto de vista alimentar exige um investimento massivo em infra-estruturas, investigação agrícola e desenvolvimento tecnológico. Felizmente, estão a começar a ser visíveis algumas mudanças positivas. Em Fevereiro de 2010, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral aprovou a implementação de um Sistema Harmonizado de Regulamentação de Sementes, o que poderá facilitar a venda das sementes além fronteiras, com menos burocracias e a preços acessíveis. E os planos e investimentos de âmbito continental, através de acções realizadas sob a égide do Programa Abrangente para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), estão finalmente a dar os seus frutos.

No CTA o nosso objectivo é melhorar os meios de subsistência rurais, reforçar conhecimentos e capacidades dos países de Africa, Caraibas e Pacífico.

Com a ajuda da nossa rede extensiva de parceiros, alcançamos todos aqueles envolvidos na agricultura e no desenvolvimento rural.

Juntos produzimos, distribuimos e trocamos conhecimentos e informação essenciais.

Quer sejam livros, revistas e recursos multimédia, ou a oportunidade de desenvolver capacidades, partilhando conhecimentos técnicos e experiências em seminários e reuniões, o CTA fornece ferramentas para um futuro mais sólido.

ESPORO **é uma revista bimestral do Centro Técnico de Cooperação Agrícola e Rural (CTA). O CTA rege-se pelo Acordo de Cotonou entre o Grupo dos Países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e a União Europeia, e é financiado pela UE.** • **EDITOR:** CTA • Postbus 380 • 6700 AJ Wageningen, Países Baixos • Tel.: +31 317 467 100 • Fax: +31 317 460 067 • E-mail: cta@cta.int • Site Web: www.cta.int • **EDITOR-CHEFE:** Michael Hailu • **CONSELHO EDITORIAL DO CTA:** Thierry Doudet, Stéphane Gambier, Anne Legroscollard, Isolina Boto, Vincent Fautrel, José Filipe Fonseca, Karen Hackshaw, Ibrahim Tiémogo • **REDACÇÃO:** Directora da redacção : Marie-Agnès Leplaideur • Chefe de redacção da versão francesa e coordenadora: Denise Williams • Syfia International, 20 rue du Carré-du-Roi, 34000 Montpellier, França • Chefe de redacção da versão inglesa : Clare Pedrick • Via dello Spagna 18, 06049 Spoleto (PG), Itália • **CORRESPONDENTES:** colaboradores neste número D Bazubagira (Ruanda), I Esipisu (Quénia), G Herming (Salomão), A Labey (França), I Maïga (Burkina Faso), F Matope (RD Congo), A Nabwowe (Uganda), F Nouwligbêto (Benim), N Okeya (Quénia), S Saddi Maâzou (Niger), É Tassé (Camarões), M Ziba (Malawi), B Zulu (Zambia) e F Zvomuya (África do Sul). • **OUTROS COLABORADORES:** J Bodichon, L de Araújo, F Idir Le Meur, D Manley, Tradcatts • **DESIGN E EXECUÇÃO GRÁFICA:** Intactile DESIGN, França • **IMPRESSÃO:** Pure Impression, França • © CTA 2010 – ISSN 1011-0054